



LABIRINTOS DO FASCISMO

João Bernardo

Capítulo 1: Definição de Fascismo

27/10 ÀS 16H NA KASA INVISÍVEL - RUA BIAS FORTES, 1034 - CENTRO - BH

O LABIRINTO

Este é um livro interminável, e permanecerá tão inacabado como nas duas versões anteriores. Não porque o assunto seja extenso. Outros há de dimensões superiores e, de toda a maneira, a função, ou pelo menos o privilégio, do historiador é cortar onde quiser e seguir o caminho mais curto se achar melhor. São outras as razões que levam este livro, apesar de tantos anos de trabalho, a nunca ter fim.

Antes de mais, não é meu objectivo proceder a uma história descritiva do fascismo nem compilar os acontecimentos que preencheram os vários regimes fascistas. Não faltam obras nesse domínio, não vejo razão para lhes acrescentar outra. Pressuponho que o leitor tenha ouvido falar dos principais factos a que aqui faço referência e que para ele não sejam epítáfios obscuros os nomes de alguns daqueles muitos personagens que entre as duas guerras mundiais se agitaram e tentaram encontrar sentidos numa convulsão social profunda. Será pedir demasiado? Quando iniciei a minha vida política, as farsas e tragédias dessas figuras, as suas vilezas e heroísmos, as suas traições ou o seu martírio, os seus destinos perduravam ainda na memória colectiva de numerosos interessados. Mas depois os grandes anseios ideológicos mudaram de temas e cortou-se o fio ténue das recordações, sepultando-as no silêncio. Não foram só os personagens a sumirem-se da memória, mas as palavras também, que se banalizaram e ficaram portanto desprovidas de sentido preciso. Como saber quais os nomes a dar às coisas ou, mais difícil ainda, que coisas colocar sob os nomes? Afinal, desde a primeira palavra do título a leitura deste livro não se anuncia fácil e mover-se no labirinto requer um exercício de decifração.

Por isso as descrições ocupar-me-ão apenas enquanto forma de interpretação. Nem se trata de descrições, mas de percursos pelos factos, escolhendo caminhos mais sinuosos do que directos, como quem deambula pelas ruas para pensar enquanto anda, e o trajecto inclui os textos, que não são menos factuais. Assim, ao apresentar-se como um processo de reflexão este livro não encontra nenhuma razão intrínseca para se encerrar. Previno que o construí como um mosaico de ensaios ou talvez como um *puzzle* a que faltam peças e onde outras parecem repetidas, sem que o estejam, porém. Um labirinto exclui a progressão linear e exige digressões, terei por vezes de regressar ao mesmo lugar para encará-lo sob um ângulo novo. Dito de maneira simples, trata-se de uma obra cubista. Se, como penso, não deve haver história senão comparada, então, mudando para cada peça do mosaico o ângulo de visão, a estrutura tem de ser cubista. Um leitor atento — mas existirá ainda alguém que leia com atenção mil e quinhentas páginas? —

perceberá talvez que entre a primeira edição, que forma aqui o alicerce e o esqueleto, e esta derradeira versão, inseri o traço de outras reflexões, novas abordagens, o nascimento de dúvidas. Seria fácil, com uma limagem na revisão, tornar tudo isto imperceptível, mas preferi não o fazer. Um texto vive como o autor, e as suas circunvoluções acrescentam-se ao labirinto.

Numa época em que verosimilmente nenhuma faceta inédita do fascismo pode já ser descoberta e em que a consulta dos arquivos se limita a acumular detalhes, este livro justifica-se na medida em que propuser uma perspectiva diferente de análise ou, pelo menos, na medida em que lançar outros olhares numa perspectiva que poucos têm adoptado. Só assim poderão, com algum fundamento, surgir novas dúvidas e questões e abrirem-se campos a esclarecer. O que deveras me interessa é, rememorando antigas experiências e seguindo o fio de leituras de muitos anos, alinhar reflexões francamente contrárias a certos lugares-comuns que, à força de serem repetidos, se apresentam como evidências. Esta não é uma história do fascismo, mas a apresentação histórica de problemas que o fascismo revelou plenamente como tais e que continuam hoje por resolver. É outro, porém, o principal motivo que leva o livro a ser interminável.

A história do fascismo não está concluída porque o fascismo é uma realidade em suspenso. Ele foi destruído militarmente sem estar política e ideologicamente esgotado. O que resta, ao analisarmos uma época definitivamente morta, senão a piedade? Que outro olhar podemos lançar, que não seja o de uma ironia carregada de compaixão, ao seguirmos com minúcia as agitações de sociedades defuntas? Mas não se pode analisar o nosso tempo sem interferir nele, porque a intervenção é motivada pelo mero facto de vivermos agora, e aliás a própria análise é uma intromissão. Os labirintos do fascismo não são só os meandros que o derrotaram, mas ainda aqueles em que o fascismo aprisionou tantos dos que haviam começado por ser seus inimigos. Neste sentido o labirinto é também uma teia.

O objectivo da história não se refere fundamentalmente ao passado. É o presente que nos deve interessar, porque é só dele que a nossa prática se ocupa. O inquietante é que apenas o futuro iluminará o sentido do que fazemos hoje, e imploramos à história que disperse o nevoeiro, pois no presente em que vivemos nós somos o indubitável futuro do passado que estudamos. Isto significa, dito de outra maneira, que o presente não existe, que é uma conjugação episódica entre o passado que se arrasta e um futuro que desponta. Para um animal racional não podia haver ironia mais pesada, a de estarmos condenados a construir às cegas o nosso mundo, porque só os desenvolvimentos posteriores esclarecerão as contradições actuais. Conhecemos, sem dúvida, a nossa prática, mas depois de a termos praticado, e talvez estejamos agora, sem o sabermos, a ocasionar paradoxos não menos macabros do que os ocorridos entre as duas guerras mundiais.

O fascismo ocupou o ponto nevrálgico das contradições internas das classes dominantes e, ao mesmo tempo, das contradições do movimento operário. Ele não tem uma genealogia própria e exclusiva, como se encontra para o conservadorismo, o liberalismo ou o socialismo, mas formou-se pelo cruzamento destas três grandes correntes políticas. Não se pode estudar o fascismo sem olhar para os lados e sem seguir percursos em diagonal, já que o labirinto começou por ser uma encruzilhada. O fascismo situou-se também de modo muito contraditório nos vários planos a que é habitual remeter os comportamentos na sociedade moderna. Os fascistas actuaram politicamente no âmbito económico, pretenderam fazer política como se fosse uma arte, admitiram para a arte uma inspiração estritamente política, remeteram a filosofia para o mundo da acção, reduziram a acção à vontade do espírito. A única coisa que me move a estudar o fascismo é a ambição de esclarecer, a partir deste amontoado de contradições, as ambiguidades mais íntimas do capitalismo, aquelas que produziram efeitos mais trágicos. Decidi, então, abordar o fascismo não a partir de fora, do campo claro das minhas certezas, mas desde o seu interior, nas encruzilhadas sociais e políticas em que se gerou e nos percursos paradoxais, quando não delirantes, em que prosseguiu a sua ideologia. E verifiquei que é muitíssimo difícil relacionar as consequências do fascismo, vistas *a posteriori*, com os quadros em que se gerou e primeiro se desenvolveu, quando conhecidos apenas *a priori*. Esta desarticulação na estrutura das causas e consequências é para mim o grande mistério do fascismo.

Talvez as páginas deste livro pareçam estranhas. Talvez não seja este o fascismo que as pessoas julgam conhecer e é muito possível que as outras forças políticas surjam de maneira igualmente inusitada. Mas não escrevo para conforto do leitor, nem meu. É claro que se pusermos de lado tudo o que é incómodo podemos dormir descansados e apresentar como impolutas as paisagens da nossa predilecção. Mas quando se somam os contra-sensos, os paradoxos, os becos sem saída, chega-se a uma altura em que é impossível continuar a usar modelos explicativos que deixam o fundamental por explicar. Na história, orientar-se no labirinto implica uma arqueologia do saber, a descoberta de velhas passagens ocultas, de portas tapadas por paredes, de esconderijos, de escadarias e corredores cujo acesso se mantinha secreto. Sejamos prosaicos, porque tudo tem uma expressão tipográfica. Esta arqueologia do saber faz-se olhando para a parte de baixo das páginas, para as notas de rodapé, e também entre as linhas, destacando o que é afirmado no corpo do texto e esquecido nas conclusões. Em matéria de ideologia o silêncio é uma parte do discurso — para a visão crítica é mesmo a componente fundamental — por isso quanto mais exactamente se definir o lugar do silêncio, tanto mais gritante ele será e mais o abafarão numa pletora de palavras. Tal como, na arqueologia dos objectos materiais, os acúmulos de terra

podem indicar que haja ali tesouros escondidos. Para o historiador, descobrir não é simplesmente assinalar factos, mas rasgar as camadas do discurso proferido sobre factos. Os factos estão onde sempre estiveram, temos os seus efeitos incorporados em cada um de nós, independentemente de lhes sabermos da existência ou lhes conhecermos os processos. Por isso eles são factos. Mas não é com meros factos que a história se tece, embora seja a mais enganadora das formas ideológicas, porque oculta sempre a sua prosa por detrás da máscara empírica. Orientarmo-nos na história é passar, mediante palavras, para além de outras palavras. E descobrimos então que muito do que tem sido dito se destina a silenciar o que não se quer dizer, com um tal grau de sistematicidade que, segundo uma lógica rigorosa, deveríamos afirmar que nestes assuntos o único e verdadeiro dito é o não dito. O que podem ser, no caso do fascismo, os silêncios da historiografia? O que a política do fascismo teve de propriamente fascista não foi a criação de factos, mas a emissão de discursos sobre os factos. O fascismo foi sempre um exercício de *travestissement* numa estética de *trompe l'oeil*. Como se conseguirá, então, sair do labirinto, se depois de rasgarmos os discursos da história e desvendarmos as suas perversidades chegarmos, como destino último, a um mero discurso, e o mais perverso de todos, o que teve como exclusiva razão de ser o revestimento dos factos numa cerimónia de máscaras?

E vou adicionando as contradições sociais e políticas e estéticas daqueles anos entre as duas guerras mundiais, para ficar sempre com a certeza de que em vez de resolver as questões as desdobro em dúvidas ainda maiores, num labor que jamais poderá ter fim. Como alguém que fechado numa casa procura a saída para a rua, o jardim, o sol, mas que a cada porta que abre só entra em novas salas e quartos, com outras portas, que dão para outros quartos e salas. É um pesadelo, evidentemente. Se «o sono da razão gera monstros», não devemos afinal espantar-nos de viver um interminável pesadelo quando penetramos na desrazão alheia.

Talvez, afinal, o labirinto seja o único modo de existência real do irracionalismo fascista, possível de ser destruído materialmente, mas não desarticulado intelectualmente. Se o segredo do irracionalismo consiste em convocar a acção para introduzir a coerência que falta no plano racional, só através de uma acção contrária se pode liquidar um tal artifício. Mas este confronto entre acções ocorre ainda no plano exterior à razão, por isso reforça o irracionalismo. E, se assim for, não será esta uma das ciladas menores do labirinto.

«El sueño de la razón produce monstruos.»

Francisco de Goya

Parte 1
A TEIA DOS FASCISMOS

Capítulo 1

DEFINIÇÃO DE FASCISMO

1. Revolta na ordem

Durante um curso que ministrei em 1994 na Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, um dos alunos pediu-me que definisse o fascismo em três palavras. «Literalmente? Três palavras?» «Sim, em três». O curso versava a tensão existente entre a coesão social do capitalismo e a sua ruptura: as contradições de uma coesão social assente na exploração; os movimentos de ruptura e a constituição de novos princípios de organização da sociedade; os limites com que estas novas formas de organização têm até agora deparado e a sua recuperação pelas classes dominantes, que reestruturam assim a coesão social. Defini então o fascismo, em três palavras, como a revolta no interior da coesão, chamando a atenção para a sua ambivalência, ao mesmo tempo radical e conservador.

O fascismo foi uma revolta na ordem. «A revolução, quando é bem feita», escreveu José Antonio Primo de Rivera, «tem como característica formal “a ordem”»¹. Já em 1914 Wyndham Lewis e Ezra Pound, que em Londres se contaram entre os primeiros a gerar o que em breve seria o fascismo, haviam anunciado na abertura do primeiro manifesto do vorticismo: «Para lá da Acção e da Reacção havemos de nos situar»². E enquanto Hitler se apresentava como «o revolucionário mais conservador do mundo»³, Ernst von Salomon, que no fascismo alemão se situava numa área rival, depositava as esperanças «numa renovação da ideia de Estado, que seria revolucionária nos métodos mas conservadora na sua natureza»⁴. A igual inspiração obedecera Corradini ao saudar o fascismo italiano como «uma revolução que se efectua no interior da ordem estabelecida»⁵. Alfredo Rocco, ministro da Justiça de Mussolini, defendeu uma ideia semelhante,

¹ José Antonio em *La Nación*, 28 de Abril de 1934, reproduzido em A. Río Cisneros et al. (orgs. 1945) 478.

² Este manifesto encontra-se em A. Danchev (org. 2011) 76-80. A frase citada vem na pág. 76.

³ Citado em J.-P. Faye (1972) 68 e (1974) 28. Hitler, observou J. C. Fest (1974) 379, «tinha de se apresentar simultaneamente como um revolucionário e como um defensor da situação existente, ao mesmo tempo radical e moderado»; ver ainda a pág. 1301. «O fascismo é inteiramente revolucionário», escreveu em 1923 Karl Anton, príncipe de Rohan, apologista alemão do regime de Mussolini e futuro membro dos SS; «o fascismo é inteiramente conservador». Citado em J.-P. Faye (1972) 67. A participação do príncipe de Rohan nos SS foi indicada por id., *ibid.*, 135 e id. (1980) 286. Que o enorme estudo de Jean Pierre Faye, uma obra-prima da historiografia, seja unanimemente ignorado pelos historiadores revela a situação a que chegámos.

⁴ E. Salomon (1993) 618.

⁵ Esta passagem de um artigo de Enrico Corradini, publicado em *Gerarchia*, Janeiro de 1925, vem citada

escrevendo que «a revolução se tornou — permitam-me a antítese — conservadora»⁶. O fascismo mobilizou os trabalhadores para efectuar uma revolução capitalista contra a burguesia ou, talvez mais exactamente, apesar da burguesia. Um tão grande paradoxo explica que o sentido do processo se invertesse consoante as preferências do orador ou as expectativas do auditório, e a mesmíssima revolução que com o tempo se havia tornado conservadora podia tornar-se revolucionária. Assim, num discurso comemorativo do segundo aniversário da Marcha sobre Roma, depois de evocar «dois anos de governação que visaram uma reorganização essencialmente conservadora», o filósofo do fascismo italiano, Giovanni Gentile, preveniu que, para resolver os problemas «nos seus termos fundamentais», «será necessário realizar uma revolução»⁷. Com a sua habitual desenvoltura, Mussolini proclamara já em Março de 1921: «Nós damos-nos ao luxo de ser aristocratas e democratas, conservadores e progressistas, reaccionários e revolucionários»⁸. Também Salazar, quando era ainda ministro das Finanças e mal começara a implantar em Portugal a sua versão bisonha do fascismo, advertiu um jornalista de que «é necessário fazer neste país uma grande revolução *na ordem* para evitar a que outros fatalmente fariam *na desordem*»⁹, o que ajuda a compreender que Pequito Rebelo, um dos doutrinadores do Integralismo Lusitano, invocasse no mesmo fôlego e em maiúsculas «a Revolução Nacional» e «a Contra-Revolução»¹⁰. Aprendida a lição salazarista, Benoist-Méchin resumiu o principal objectivo dos fascistas conservadores de Vichy dizendo que «em vez de esperar que o povo impusesse a *sua* revolução ao governo, era necessário que o governo se antecipasse e impusesse a *sua* revolução ao povo»¹¹. Vindo após todos os outros, na cauda do cortejo, o coronel Perón haveria de declarar em Agosto de 1945: «Se

em P. Milza (1999) 588. E nove anos mais tarde Guido Bortolotto, historiador fascista do fascismo, explicou ao público alemão que «o fascismo é uma revolução conservadora». Ver J. P. Faye (1972) 68.

⁶ Esta passagem da introdução a um relatório apresentado por Alfredo Rocco à Câmara dos Deputados em Junho de 1925, mas publicado dois anos mais tarde, encontra-se citada em J. P. Faye (1972) 63. Ver igualmente id. (1976) I 291.

⁷ Estas frases do discurso pronunciado por Giovanni Gentile a 28 de Outubro de 1924 encontram-se em id. (1972) 63.

⁸ Citado em A. Lyttelton (1982) 71, P. C. Masini (1999) 69, J. Ploncard d'Assac (1971) 121 e C. T. Schmidt (1939) 73. Ver também M. D. Irish (1946) 88 e D. Sassoon (2012) 59. Num eco distante Gioacchino Volpe, secretário-geral da Academia de Itália, considerou que uma das funções desta instituição era «representar e reconciliar o espírito tanto da revolução como do conservadorismo». Ver G. Volpe (1931) 166.

⁹ Entrevista de Salazar ao *Novidades*, 1 de Maio de 1929, citada em J. Ameal (org. 1956) II 283 (subs. orig.) e F. Nogueira [1977-1985] II 36. Num artigo publicado no *Novidades*, 13 de Abril de 1928, Salazar escrevera que «certas reformas que na nossa sociedade o *tempo* tornou *fatais*, convém mais que as façam as *direitas* do que sejam chamadas a fazê-las as *esquerdas*». No mês seguinte, já membro do governo, Salazar repetiu que «há uma grave revolução a fazer em Portugal [...] O problema de momento é saber se os que reputam necessária e inevitável essa revolução preferem apoiar-nos, para que o Governo a faça na ordem, ou preferem desinteressar-se, para que o País a sofra na anarquia». Ver João Ameal, op. cit., II 204 (subs. orig.) e 226.

¹⁰ Estes brados de Pequito Rebelo em *A Cartilha do Lavrador* encontram-se citados em J. M. Pais et al. (1976-1978) XIV 356.

¹¹ Citado em O. Dard (1998) 101 (subs. orig.).

não formos nós a fazer a revolução pacífica, há-de ser o povo a fazer a revolução violenta»¹². Mais tarde, já general, ele censurou a oligarquia do seu país por não ter entendido uma verdade fundamental: «O que havia de verdadeiramente conservador a fazer era precisamente ser revolucionário»¹³. E agora, nestes dias em que escrevo, Eduard Limonov, chefe do fascismo radical russo, depois de afirmar que «só o paradoxo é verdadeiro», anunciou: «A nossa ideologia é paradoxal, combinando dentro de si o conservadorismo e a revolução [...]»¹⁴. Poderia decerto prolongar a lista até incluir uma boa centena de citações, mas a minha intenção é apenas fornecer alguns dos principais pontos de cristalização terminológica indicativos dos cruzamentos práticos em que o fascismo se instituiu como uma revolta na ordem.

A ordem é o Estado. Muito mais do que um conjunto de instituições funcionando ao serviço dos poderosos, o Estado é um princípio de organização geral das instituições. Se Engels, numa passagem célebre, afirmou que o Estado tem origem na sociedade e ele próprio se coloca acima da sociedade, é necessário não cedermos à ilusão e vermos o Estado não onde ele projecta a sua imagem refractada, mas onde na realidade se situa. Contrariamente ao que sucedeu em vários impérios da Antiguidade e de certo modo também no regime senhorial, em que a classe dominante cobrava o tributo a uma população que em grande parte vivia e produzia obedecendo a estruturas próprias, no capitalismo a classe explorada não se limita a sustentar o peso dos exploradores, mas recebe deles o quadro e as modalidades em que se organiza. O Estado capitalista não é apenas uma plataforma que as classes dominantes usam para assegurar a sua coesão nem um simples instrumento de opressão dos explorados. Na sociedade actual uma classe domina na medida em que dita a organização interna da classe dominada. Princípio de auto-organização das classes capitalistas, o Estado assenta na hetero-organização da classe trabalhadora.

Esta abordagem da esfera política em termos de hetero-organização e auto-organização insere-se no mesmo complexo de conceitos que inclui a alienação e a mais-valia, concebidas enquanto modalidades de cisão interna. O conceito de alienação é um utensílio crítico vocacionado para os campos filosófico, antropológico e psicológico, permitindo mostrar que a classe trabalhadora e os trabalhadores individualmente considerados geram formas culturais e mentais que, ao mesmo tempo que os exprimem, lhes são hostis. Transportada para o plano económico, a alienação desdobra-se na mais-valia e explica o exclusivismo na atribuição do controle social, o crescimento da riqueza e a desigualdade na distribuição dos bens. Ao transferir estes termos para o

¹² Esta passagem do discurso de Perón em 7 de Agosto de 1945 no Colégio Militar encontra-se em R. Puiggrós (1988) 165.

¹³ Citado em G. I. Blanksten (1953) 259.

¹⁴ S. D. Shenfield (2001) 210.

domínio político conclui que a noção de hetero-organização caracteriza a situação de quem é alienado culturalmente e explorado economicamente.

A extorsão da mais-valia resulta de uma cisão operada no interior do processo produtivo, concebido enquanto desenrolar do tempo de trabalho. Este processo divide a sociedade em classes antagónicas e precipita num lado aqueles cujo tempo de trabalho é controlado por outros, e no lado oposto aqueles que detêm o controle do seu próprio tempo de trabalho e do tempo de trabalho alheio. É em função da produção e da expropriação da mais-valia, assim entendida, que devem definir-se as classes sociais no capitalismo. Neste plano, e só neste plano, elas têm uma existência permanente e são a raiz de todas as manifestações sociais. Aqueles que não controlam o seu próprio tempo de trabalho e a quem é, por isso, extorquida a mais-valia constituem a classe trabalhadora. E as diferentes formas como o processo de trabalho é controlado e dirigido determinam as modalidades de apropriação inicial da mais-valia e, por aí, a inclusão dos capitalistas em duas grandes classes sociais. A direcção individualizada do processo de trabalho e a apropriação da mais-valia graças ao direito de propriedade particular caracterizam a classe burguesa, enquanto a classe dos gestores controla os processos de trabalho de maneira colectiva e o seu direito à apropriação da mais-valia tem origem no status e deve-se à cooptação no âmbito dos organismos dirigentes.

Este nível de existência das classes sociais é indispensável para se analisar o funcionamento da economia e para se preverem os traços gerais da evolução económica. No que diz respeito à produção e à apropriação da mais-valia as classes formam-se, reorganizam-se e reconstituem-se incessantemente e os seus efeitos são sempre observáveis, quaisquer que sejam as ilusões que as pessoas possam ter acerca da classe em que se inserem ou mesmo a respeito da divisão da sociedade em classes. Todavia, além de ser uma entidade económica, cada classe começa a assumir também uma realidade sociológica quando os seus membros tomam consciência da posição que ocupam, adoptando então algumas formas de vida comuns e ostentando traços culturais destinados a proclamar a sua inserção nessa classe e, ao mesmo tempo, a sua distinção relativamente às outras classes. Os conceitos *em si* e *para si* esclarecem tal transformação. O reforço da sua posição prática nas lutas sociais permite que uma classe definida em si, no plano económico da produção e da apropriação da mais-valia, adquira identidade cultural e política e assumam uma realidade sociológica para si, afirmando-se como classe perante os seus próprios membros e os membros das outras classes. A longo prazo, nos movimentos amplos e mais profundos, a luta de classes consiste na oscilação da classe trabalhadora entre as fases da dissolução da sua existência para si e as fases em que, depois de uma reorganização interna mais

ou menos demorada, apresenta novos tipos de existência para si. Nas rupturas revolucionárias a classe trabalhadora surge com uma grande coesão política e uma consciência forte da sua identidade sociológica e cultural, enquanto a burguesia e os gestores se mostram fragmentados e inseguros quanto aos padrões culturais e políticos que devem seguir. Reciprocamente, durante os seus longos períodos de apatia a classe trabalhadora limita-se a uma existência económica e, deixando de gerar referências políticas e culturais próprias, os seus membros procuram, em vão, imitar formas de comportamento dos membros das classes dominantes.

Nesta dialéctica ininterrupta os trabalhadores não levam uma vida única, mas duas vidas. Isto explica a diferença fundamental entre a cultura proletária, com todas as ambiguidades que a têm caracterizado, e a cultura dos capitalistas, que por comparação quase parece desprovida de equívocos. Ao mesmo tempo que se inserem no capital e o fazem funcionar, os trabalhadores entram em choque com ele, e esta dualidade é tão sistemática que os administradores de empresa, situados no cerne dos antagonismos sociais, sabem que gerir a actividade produtiva consiste acima de tudo em administrar conflitos. Com frequência a insatisfação dos trabalhadores não ultrapassa os limites da iniciativa individual, e mesmo a mobilização conjunta de um bom número de pessoas manifesta-se em grande parte dos casos de maneira passiva, sendo a condução do processo entregue a dirigentes sindicais ou políticos. Enquanto os trabalhadores circunscreverem os movimentos de luta ao quadro das burocracias já existentes, ou quando deixarem burocratizar as lutas, não conseguirão assumir o controle das suas formas de organização. Neste caso continuam hetero-organizados e a sua realidade enquanto classe no plano económico não se manifesta no plano sociológico. Por isso, em vez de romperem com o Estado, reproduzem-no em novas modalidades. Todavia, quando os trabalhadores, além de se mobilizarem colectivamente, põem em causa os princípios de organização hegemónicos e criam modelos novos, derivados do próprio contexto da luta e reflectindo as necessidades aí sentidas, então eles combatem activamente o capital, porque começam a auto-organizar-se, tecendo relações de solidariedade num plano que já não é o do Estado capitalista.

E quando numerosos trabalhadores se deixam mover e conduzir, tantas vezes em episódios de incrível violência, para restabelecer o capitalismo numa nova modalidade, e neste processo se confrontam com outros trabalhadores, desejosos de se oporem a todas as formas do capital, e contribuem para os dispersar e liquidar? Foi isto o fascismo, sustentado por uma convulsão da classe trabalhadora, que jogou uma das suas vidas contra a outra, e neste exacerbação da sua contradição interna os trabalhadores agravaram a hetero-organização que os vitimava. O trabalhador fascista caracterizou-se por possuir um profundo ódio aos ricos, aliado a

uma estreiteza de horizontes que o impedia de se inserir nas redes de solidariedade da sua classe e ascender a uma compreensão do processo histórico. Céline, um anarquista¹⁵ que foi um dos melhores escritores do fascismo, se não o melhor¹⁶, pretendeu que «a consciência de classe é uma balela, uma demagógica convenção. O que cada operário quer é sair da sua classe operária, tornar-se burguês, o mais individualmente possível, burguês com todos os privilégios»¹⁷. Por isso ele afirmou em 1935 que «o proletário é um burguês que não foi bem-sucedido»¹⁸. Sempre que a hostilidade aos ricos não é acompanhada por nenhum sentimento de classe, o fascismo não anda longe¹⁹.

As massas populares assentam a existência, enquanto massas, na desorganização da classe trabalhadora. A perda de consciência sociológica da classe trabalhadora e a sua redução a uma entidade meramente económica é caracterizada, no plano político, por uma conversão da classe em massas. Foi este um dos objectivos básicos do fascismo. A revolução, entendida como destruição da ordem capitalista e sua substituição, ou tentativa de substituição, por outro sistema, é feita pela classe trabalhadora. Mas a revolta no interior da ordem deveu-se às massas populares. Os horizontes estreitos que confinam cada elemento das massas e o impedem de imaginar outra coisa além da possibilidade de ascensão no interior da hierarquia vigente devem-se à fragmentação da classe, com o consequente isolamento recíproco dos seus membros. Nas massas os trabalhadores dispõem apenas da individualidade que lhes foi forjada pelo capitalismo, enquanto na classe cada trabalhador encontra a sua projecção histórica. E nos elos estruturantes da classe, constituídos pelos mecanismos de solidariedade, os trabalhadores encontram uma razão de ser oposta à do capitalismo. Se cada trabalhador vive simultaneamente duas vidas, uma que o insere no capital e outra em que manifesta o seu descontentamento, isto significa que cada trabalhador oscila entre as massas e a classe. É a partir daqui que podemos analisar as formas específicas de organização que os fascistas implantaram nas suas milícias, nos seus partidos e nos seus

¹⁵ Numa carta de 24 de Março de 1938, citada em A. Duraffour et al. (2017) 637, Céline mencionou «o meu anarquismo fundamental», mas Annick Duraffour et al. pretenderam (págs. 637-638) que ele não era anarquista no sentido político e apenas no sentido psicológico ou (págs. 758-759) que se tratava de uma mistificação. Porém, tanto o anarco-sindicalismo de tipo italiano como o anarquismo individualista contribuíram para a gestação do fascismo. O anarquismo individualista de Céline ficou patente, por exemplo, numa carta para Élie Faure, de 18 de Março de 1934, citada em id., *ibid.*, 677, onde escreveu «Sou anarquista até aos pêlos» para justificar a sua recusa de entrar em agremiações.

¹⁶ M.-A. Macciocchi (1976 b) I 253 e 255 classificou Céline como «o mais genial escritor nazi-fascista» e «o maior escritor fascista que houve na Europa».

¹⁷ L.-F. Céline (1942) 120. «As vítimas da fome de um lado, os burgueses do outro, têm, no fundo, uma única ambição», escreveu ainda Céline. «É tudo estômago e companhia. Tudo para a pança». Ver id. (1941) 65. Seguindo o hábito, traduzi «*damnés de la Terre*» por «vítimas da fome».

¹⁸ Carta de Céline para Élie Faure, de 22 ou 23 de Julho de 1935, citada em A. Duraffour et al. (2017) 677.

¹⁹ G. Seldes (1935) 25 detectou no jovem Mussolini o ressentimento e não o sentido de classe. Também Tim Mason em J. Caplan (org. 1995) 259 mencionou a utilização do ressentimento social pelos nacionais-socialistas.

sindicatos, em que a ausência de qualquer capacidade de iniciativa da base correspondia à sua fragmentação e à sua redução aos indivíduos, assegurando o prevalecimento incontestado das hierarquias. Do mesmo modo, nos festivais e desfiles que desempenharam um tão grande papel no exercício fascista da política, cada indivíduo não era mais do que um figurante, um espelho do modelo geral, multiplicando todos eles, até ao infinito, essa imagem singular, enquanto a coreografia do conjunto se dispunha em função da figura central e exclusiva do chefe. Este foi um dos aspectos em que o fascismo esteve mais próximo dos liberais do que dos conservadores. Com efeito, para os conservadores o povo constitui uma totalidade orgânica, irredutível à soma de individualidades equivalentes que forma a massa. Aliás, esta noção de totalidade social orgânica inspirou a noção de classe de Marx, que a deslocou da globalidade do povo para uma sua fracção. Decorrente de pressupostos muito diferentes, o modelo liberal do cidadão — o indivíduo consumidor da economia ou o indivíduo eleitor da política — presidiu à noção fascista de massas.

O objectivo do trabalhador fascista não era substituir a sociedade capitalista por uma sociedade baseada noutros princípios, o que seria possível apenas através do desenvolvimento da solidariedade de classe. O trabalhador fascista desejava simplesmente ascender no interior das estruturas existentes, desalojar os antigos patrões e tornar-se ele próprio patrão ou, se não o conseguisse, pelo menos ter junto de outros como ele, nas milícias de arruaceiros, a ilusão do poder, reduzido à brutalidade da força física. Um desejo de ascensão que não punha em causa o fundamento das estruturas prevalecentes era uma revolta dentro da ordem, e esta conjugação entre a estreiteza de horizontes e os sonhos de grandeza explica a miséria grandiloquente da cultura fascista, as roupagens megalómanas e os acessórios de teatro com que se adornaram os lugares-comuns mais banais. «A banalidade é a contra-revolução», definira o escritor Isaac Babel na jovem Rússia soviética²⁰, e anos mais tarde, na Alemanha nas vésperas do triunfo do nacional-socialismo, Thomas Mann preveniu, numa tumultuosa conferência, que «já não se erguem obstáculos no caminho para a vulgaridade»²¹.

O mundo contemporâneo sustenta-se numa tensão permanente entre a esfera do Estado, que corresponde para os trabalhadores a formas de hetero-organização e que reproduz e avoluma o capital, e a esfera da auto-organização dos trabalhadores, em que se processam as lutas

²⁰ Citado por Ernst Bloch num artigo em *Das Tagebuch*, 12 de Abril de 1924, reproduzido em A. Kaes et al. (orgs. 1995) 149. Também M. Mann (2004) 280 salientou o papel dos fascismos como divulgadores de banalidades.

²¹ A conferência de Thomas Mann, *Appell an die Vernunft (Um Apelo à Razão)*, pronunciada em Outubro de 1930, encontra-se antologizada em A. Kaes et al. (orgs. 1995) 150-159. A passagem citada vem na pág. 154. Penso que deve ser entendido neste contexto o célebre subtítulo de uma obra de Hannah Arendt, *A Banalidade do Mal*. A origem da frase, aliás, encontra-se numa carta que lhe enviou Karl Jaspers, a crer em W. Lepenies (2006) 192.

colectivas e activas contra o capital e onde existe em gérmen o modelo de uma sociedade diferente e de um novo modo de produção. Estas duas vidas dos trabalhadores supõem os princípios antagónicos de duas totalidades opostas, uma assente na desigualdade e na exploração, e outra onde se reproduzem e amplificam os elos de solidariedade, de igualitarismo e de espírito colectivo que presidem às manifestações de luta mais avançadas. Aquilo que a linguagem corrente denomina conquistas dos trabalhadores não ocorre na esfera do Estado nem se preserva mediante a criação de novas instituições burocráticas, a adicionar às muitas mais de que o Estado dispõe. Houve uma época em que, nalguns países, um certo liberalismo pareceu oferecer o antídoto eficaz à invasão de todos os aspectos da vida pelo capitalismo. Mas tratava-se do liberalismo de aristocratas em declínio, de artesãos, de pequenos comerciantes e camponeses independentes, herança de formas económicas arcaicas e de relações sociais de *Ancien Régime*. Só por uma ilusão compreensível, mas funesta, os trabalhadores procuraram proteger-se da exploração invocando valores que estavam condenados devido ao seu carácter obsoleto.

Os avanços dos trabalhadores verificam-se unicamente na esfera alheia ao Estado e são sinónimo de auto-organização. O Estado não constitui um terreno neutro, não é uma arena onde exploradores e explorados possam medir forças e definir espaços, somando avanços e recuos e traçando demarcações, nem uma balança que a cada instante ajuste os equilíbrios entre o capital e o trabalho. A luta entre ambos consiste no antagonismo fundamental — e inconciliável — entre a hetero-organização dos trabalhadores e a sua auto-organização, entre a redução dos trabalhadores a uma existência económica e a aquisição de uma identidade sociológica. Nenhuma instituição pode conjugar de maneira duradoura a subordinação dos trabalhadores às formas de enquadramento capitalistas e a invenção pelos trabalhadores de outras modalidades de organização, no interior das quais o capital não se reproduza. A luta, declarada ou latente, é o modo de articular ambas as esferas institucionais. O trabalhador leva duas vidas, e jamais as pode integrar num comportamento único.

Nas épocas em que os trabalhadores detêm a iniciativa, o crescimento das formas de organização colectivas e activas implica uma crise do capital, que vê comprometidas as suas possibilidades de reprodução. Em última análise, são os critérios de organização a decidir o destino destes confrontos. Triunfa a classe que atinge um grau superior de coerência interna e, apesar dos interesses contraditórios que os dividem e da concorrência em que se defrontam, os capitalistas têm-se revelado cada vez mais estreitamente unidos pela concentração económica, desenvolvida hoje no plano transnacional. Por seu lado, os trabalhadores, embora com frequência consigam pôr de parte a concorrência que os separa no mercado de trabalho, só muito raramente

deram mostras de ultrapassar as distinções de nacionalidade, de língua, de religião, de tradições culturais, de sexo, da própria cor da pele, que hoje proliferam em incontáveis identidades. Esta incapacidade tem sido a causa última a comprometer o progresso da esfera de auto-organização e a restabelecer a hetero-organização em modalidades sempre mais avassaladoras. O vaivém entre aqueles dois princípios organizativos define os ciclos longos da reprodução do capital.

Nos confrontos sociais, porém, as instituições não se extinguem bruscamente. Transformam-se e acabam por assumir uma realidade contrária àquela que presidira ao seu nascimento. De cada vez a esfera do Estado tem conseguido assimilar e recuperar em seu benefício instituições criadas na esfera da auto-organização dos trabalhadores durante as fases em que estes se haviam mostrado colectivamente capazes de iniciativa própria. A passagem de uma para outra esfera corresponde a uma burocratização dessas instituições e consiste na inversão do seu funcionamento e dos seus objectivos sociais. A história do movimento operário tem sido feita de inspirações emancipadoras que, mal começaram a ser realizadas, depararam com os obstáculos erguidos à generalização da luta, definharam e degeneraram, para serem reconvertidas pelo capitalismo em novos quadros de opressão e de valorização do capital. Desde a reivindicação da igualdade jurídica e o reconhecimento do direito de coligação no mercado de trabalho, desde as cooperativas e outras formas de solidariedade, passando pelo sufrágio universal, a instrução para todos e a colectivização da propriedade, até às mais recentes manifestações práticas de autonomia e de capacidade para gerir directamente a produção e a vida social, todos estes grandes temas da emancipação dos trabalhadores e do fim da exploração, depois de verem um começo de realização enquanto modalidades de auto-organização, foram absorvidos pelo capitalismo, que lhes deu um carácter de hetero-organização e os transformou num sustentáculo, ou tentáculo, do Estado. Os capitalistas não são exploradores apenas no plano económico mas na plena dimensão histórica, já que se esforçam por adaptar à sua imagem quaisquer instituições que comecem por se manifestar em sentido contrário. A história da luta de classes no capitalismo consiste na miríade de vias e modalidades que permitem a passagem da auto-organização para o seu oposto, a hetero-organização.

Todavia, para que este processo seja eficaz ele tem de alterar — ou melhor, adulterar — a substância das instituições enquanto lhes conserva a aparência, dando outra elasticidade à dicotomia entre forma e conteúdo. Durante algum tempo oculta-se a transformação do conteúdo através da continuidade mistificadora da forma, erigindo-se a forma em critério decisivo. Mas não é este o lugar da arte? Na arte a forma é o verdadeiro conteúdo, ou antes, o conteúdo é cada espectador, que sente e interpreta o objecto artístico exclusivamente enquanto forma, para nele

projectar a sua experiência própria e as suas expectativas. Se pretendermos aplicar-lhe um critério objectivo a arte é ambígua, só atingindo rigor na dimensão subjectiva, em relação com cada espectador, em cada instante. Por isso a linguagem, veículo da arte, é equívoca. A comunicação nunca é uma relação directa entre pessoas, mas sempre uma relação mediada pela linguagem e, portanto, pela forma artística. A comunicação não pressupõe a univocidade, mas exige o seu contrário, a ambiguidade, de modo que uma identidade formal sustenta a ficção das aparências e permite a coexistência de realidades antagónicas e a conversão das instituições no seu oposto.

O processo de recuperação institucional que tem assegurado ao capitalismo não só a sobrevivência mas uma colossal expansão opera-se nos termos da actividade artística. Ao abandonar a esfera da auto-organização e ao assumir nova realidade na esfera da hetero-organização, uma instituição mantém o seu nome e é esta persistência formal que, ocultando a degenerescência sob um véu de continuidade, lhe garante a eficácia prática. «Nunca se deve começar pela direita», observou um sagaz político francês, Pierre Laval, já maduro e experiente — mas também poderiam ter sido Aristide Briand ou tantos outros — aconselhando um jovem colega que se candidatara ao parlamento numa lista de direita. «Deve começar-se pela esquerda, pela esquerda mais extrema, e progredir-se depois para a direita, lentamente»²². Referindo-se a Mussolini e aos seus seguidores, Giuseppe Bottai chegou a igual conclusão, mas através de um percurso inverso, afirmando perante a Câmara dos Deputados, em Dezembro de 1929, que os ambiciosos começam revolucionários e os melhores se tornam com o tempo ainda mais revolucionários, mesmo que a opinião pública possa julgar o contrário, porque os vê abandonar os métodos de intervenção convencionais²³. Entre a fórmula do político francês e a do italiano há toda a diferença que separa as democracias parlamentares do fascismo. Mas elas têm em comum o fundamental, a necessidade de recuperar os temas e os métodos da revolução e usá-los para fins opostos. A passagem contínua de pessoas do campo da revolução para o campo da ordem explica-se porque as palavras não existem desencarnadamente e têm de ser proferidas. Os saltimbancos da política são emissores de discursos, e a isto se reduz a sua função. Denominar da mesma maneira instituições que adquiriram uma realidade social antagónica e atribuir a uma instituição uma função oposta à originária são operações que apenas se podem entender e definir com os utensílios conceptuais da estética. No seu processo histórico, a luta de classes, enquanto

²² Este conselho de Laval a Debû-Bridel encontra-se citado em E. Weber (1965 a) 112. O certo é que Debû-Bridel não se saiu mal, porque, começando por militar em várias organizações fascistas, pertenceu depois ao comando supremo da Resistência, foi senador na Quarta República e acabou como uma das figuras cimeiras do gaullismo de esquerda. Ver id. (1964) 134. E assim se conclui que para ir para a esquerda não é necessário abandonar a direita.

²³ G. Bottai (1933) 69.

tensão permanente entre a esfera da hetero-organização e a esfera da auto-organização, constitui a suprema actividade artística e sustenta todas as modalidades específicas de arte.

Nestes termos, o fascismo define-se como a mais ambígua das formas políticas e, portanto, como a mais artística de todas elas. O fascismo não se limitou a desnaturar instituições criadas pelas lutas colectivas e activas e a transferi-las para a esfera do Estado, mas transportou para o quadro genérico da opressão o próprio tema da revolução. A revolta no interior da coesão social pressupunha que se tivesse levado a um ponto extremo a dissolução de quaisquer formas de auto-organização, mas se os meios clássicos da política burguesa se revelavam insuficientes para completar a recuperação das instituições que os trabalhadores haviam criado no seu âmbito próprio, então surgiam os fascistas. Em Novembro de 1921, discursando em Roma no congresso que transformou o seu movimento em Partido Nacional Fascista, Mussolini colocou as alternativas com clareza: «Estaremos com o Estado e a favor do Estado sempre que ele se mostrar um guarda intransigente, um defensor e um propagandista das tradições nacionais; substituir-nos-emos ao Estado sempre que ele se revelar incapaz de enfrentar e combater as causas e os elementos de desagregação interna dos princípios da solidariedade nacional; mobilizar-nos-emos contra o Estado se ele vier a cair nas mãos de quem ameaça a vida do país e atenta contra ela»²⁴. E, como um eco, proclamou em Julho de 1922 o antigo sindicalista revolucionário Michele Bianchi, agora secretário-geral do PNF e um dos seus dirigentes mais poderosos: «Estamos com o Estado e ao lado do Estado quando ele é capaz de se impor, mas quando é incapaz, então a própria lógica das coisas torna necessário que nos substituamos ao Estado»²⁵.

Todavia, para que aquela estratégia pudesse completar-se na prática era indispensável encobrir ideologicamente a renovada opressão com a referência às palavras emancipadoras. «Não só o fascismo se apodera de *slogans* [...] mas, nas suas modalidades mais radicais, todos os seus processos de pensamento sofrem, consciente ou inconscientemente, a influência do campo revolucionário», escreveu um estudioso muito arguto, concluindo que «o fascismo se mascara frequentemente com a imagem dos seus inimigos»²⁶. Nesta perspectiva, a revolta dentro da ordem foi a sombra da luta anticapitalista projectada no âmbito do capital, a nostalgia da auto-organização nos limites da hetero-organização. Situada no culminar dos paradoxos, nenhuma outra corrente política precisou tanto como o fascismo de recorrer à magia do artista e nenhuma manipulou com tal mestria a versatilidade das palavras. O fascismo não foi uma política, no sentido

²⁴ Citado em G. Bortolotto (1938) 384.

²⁵ Citado em E. Santarelli (1981) I 303.

²⁶ M. Maruyama (1963) 165-166.

tradicional do termo, mas uma ficção política. Em política «tudo o que parece é», proclamou Salazar²⁷. O fascismo criou ficções e apresentou-as como se fossem a única realidade e só assim, num nível estritamente vocabular e estético, pôde ocorrer a revolta no interior da coesão social, que de outro modo teria sido um insustentável contra-senso. Recordando um passado em que já não acreditava, Dionisio Ridruejo, que fora um dos mais activos propagandistas do fascismo espanhol, confessou com amarga ironia que ele e os seus correligionários haviam chamado «revolução» a uma operação de polícia e a tinham vivido espiritualmente como se o fosse²⁸. Menos lúcido, ou talvez mais cínico, mantendo-se até ao final da vida apegado às suas convicções, observou Georges Oltramare, um fascista suíço que havia desempenhado um certo papel nos bastidores, que «pode-se ser rebelde desde que não se ponha em causa o património sagrado, as verdades fundamentais»²⁹.

Conservadores na prática e radicais no espírito? Sem dúvida. Mas o espírito alimenta-se também, e as instituições do fascismo tiveram um radicalismo próprio, que cumpre analisar.

2. O fascismo só ascendeu depois da desagregação do movimento operário

A crer numa versão ainda hoje muito divulgada, o fascismo teria constituído o último recurso do grande capital ameaçado pelas acções vitoriosas do proletariado. Já num dos artigos de uma colectânea publicada em Moscovo em 1923 o autor explicara o aparecimento do fascismo pelo perigo que a revolução representava para a sociedade burguesa³⁰. E nos meados da década de 1920 a oposição trotskista no interior do Partido Comunista russo defendia, contra a absurda identificação entre social-democracia e fascismo, inventada por Zinoviev e prosseguida durante algum tempo por Stalin, a tese de que a burguesia apelava para a intervenção dos fascistas quando os órgãos repressivos normais eram incapazes de suster uma arremetida proletária iminente, enquanto a social-democracia constituía o recurso político da burguesia nos períodos que precediam o exacerbamento da luta de classes e nos períodos posteriores às derrotas mais

²⁷ Esta frase encontra-se no discurso pronunciado por Salazar aquando da tomada de posse dos novos dirigentes da União Nacional, em 1938, e vem citada em J. Ameal (org. 1956) IV 222 e F. Nogueira [1977-1985] III 150. Do mesmo modo, em 1933 ele afirmara que «politicamente, só existe o que o público sabe que existe». Ver João Ameal, op. cit., III 263 e Franco Nogueira, op. cit., II 242.

²⁸ Citado por H. R. Southworth (1967) 13. Desde o começo da guerra civil Ridruejo foi um personagem central na propaganda falangista e desde Fevereiro de 1938 até 1940 ocupou o cargo de director do Servicio Nacional de Propaganda do regime franquista. Ver J. Mendelson (2007) 164, 166 e 170.

²⁹ G. Oltramare (1956) 10.

³⁰ O artigo de Nikolai Leonidovitch Mechtcheriakov encontra-se resumido em B. R. Lopukhov (1965) 242.

graves das tentativas insurreccionais da classe trabalhadora³¹. Esta interpretação dos acontecimentos foi usada em diversos quadrantes ideológicos, mas não corresponde aos factos.

Com efeito, quando os fascistas conquistaram as ruas e os campos, para se apoderarem em seguida da governação, eles jamais conseguiram ascender em confronto directo com as movimentações revolucionárias dos trabalhadores, mas somente após essas movimentações terem sido desarticuladas pelas suas contradições internas³². Como várias vezes lhe sucedeu, a lucidez demonstrada por Clara Zetkin deixou-a isolada na 3ª sessão plenária do Komintern, em Junho de 1923, ao advertir: «O fascismo não é de modo nenhum a vingança da burguesia contra um proletariado que se tivesse insurreccionado de maneira combativa. Sob um ponto de vista histórico e objectivo, o fascismo ocorre sobretudo porque o proletariado não foi capaz de prosseguir a sua revolução»³³.

Foi esta tese que Trotsky defendeu pelo menos desde 1932, quando passou a chamar a atenção para o facto de o fascismo entrar em cena depois, e apenas depois, de o movimento insurreccional dos trabalhadores ter sido desactivado a partir do seu interior em virtude das hesitações dos chefes revolucionários e do reformismo da social-democracia³⁴. Num esboço de artigo que ditou pouco antes de ter sido assassinado, ele descreveu a sequência dos acontecimentos: «[...] de cada vez o fascismo é o elo final de um ciclo político específico que inclui as fases seguintes: a crise mais grave da sociedade capitalista; o aumento da radicalização da classe trabalhadora; o aumento da simpatia para com a classe trabalhadora e o anseio de mudança por parte

³¹ L. Trotsky (1969 b) 216-217.

³² M. V. Cabral (1976) 878, 885 e 904-905 constatou este facto nomeadamente no caso português, que não vou analisar neste capítulo.

³³ Citada em N. Poulantzas (1976) I 106. Segundo P. Broué (2006) 726, Clara Zetkin declarara também no mesmo discurso: «O fascismo não é a resposta da burguesia a um ataque do proletariado; é o castigo infligido ao proletariado por não ter prosseguido a revolução iniciada na Rússia».

³⁴ Em *What Next? Vital Questions for the German Proletariat*, publicado em 1932 e antologado em *The Rise of German Fascism...*, Leon Trotsky escreveu (pág. 225): «O fascismo italiano foi a consequência imediata da traição pelos reformistas da sublevação do proletariado italiano [...] A desarticulação do movimento revolucionário [de Setembro de 1920] tornou-se o factor mais importante do crescimento do fascismo». Esta passagem está reproduzida em G. L. Weissman (org. 1970) 6. «Não há excepções a esta regra», voltou Trotsky a afirmar em «Some Questions on American Problems», *Internal Bulletin*, Socialist Workers Party, Setembro de 1940, reproduzido em G. Breitman et al. (orgs. 1969) 69. «O fascismo só surge quando a classe operária se mostra completamente incapaz de tomar nas suas próprias mãos o destino da sociedade». Esta passagem encontra-se igualmente em George Lavan Weissman, op. cit., 27-28. Em 1936 Otto Bauer defendeu uma perspectiva semelhante, como se vê pela passagem citada em M. Mann (2004) 125-126. Também August Thalheimer sustentou que uma condição do bonapartismo, forma política que considerava estreitamente aparentada ao fascismo, era que a classe trabalhadora tivesse lançado um movimento revolucionário contra a burguesia mas tivesse sido derrotada. «Uma derrota séria do proletariado numa crise social profunda é uma das condições prévias do bonapartismo», lê-se em A. Thalheimer (1930). Porém, Thalheimer acrescentou que o bonapartismo surgiu «no estádio em que a sociedade burguesa deparou com o perigo gravíssimo de uma investida revolucionária do proletariado e quando a burguesia esgotou as forças a desbaratar essa investida, quando todas as classes estão enfraquecidas e jazem prostradas [...]», o que atenua a perspicácia da sua observação anterior.

da pequena burguesia rural e urbana; a indecisão extrema da grande burguesia; as suas manobras cobardes e traiçoeiras, com o intuito de evitar que a revolução chegue ao apogeu; a exaustão do proletariado; uma indecisão e uma indiferença crescentes; o agravamento da crise social; o desespero da pequena burguesia, o seu anseio de mudança; a neurose colectiva da pequena burguesia, a sua propensão a acreditar em milagres, a sua propensão a medidas violentas; o aumento da hostilidade para com o proletariado, que não correspondeu às suas esperanças. Estas são as premissas da formação rápida de um partido fascista e da sua vitória»³⁵.

Todavia, a relação entre o fascismo e as contradições internas do movimento operário não parece ter ocupado a generalidade dos historiadores e dos teóricos da política, o que é pena. A manutenção de alguns mitos e, ao mesmo tempo, o apego a certas indecisões fatais dependem de se apresentar o fascismo e o movimento operário como dois mundos separados, em vez de se desvendar o mecanismo que levou a dissolução de um a gerar a ascensão do outro. Sempre que se confrontou com o movimento operário organizado, o fascismo só alcançou a hegemonia depois de haver desaparecido do horizonte a alternativa social incorporada pelas manifestações de luta colectivas e activas, e desde que, por outro lado, persistissem entre os trabalhadores todos os motivos de insatisfação. Com o abandono da esperança revolucionária, a hostilidade de classe passava a assumir a forma degenerada do ressentimento. Diluídas as redes de solidariedade, os trabalhadores já não apareciam como membros de uma classe e apresentavam-se como elementos das massas. Uma massa agitada pelo descontentamento, mas sem nenhuma expectativa que não se cingisse à sociedade existente — eis a base popular da revolta dentro da ordem. Foi nessa gente que o fascismo se apoiou para eliminar as chefias operárias tradicionais, isolar as vanguardas combativas e reorganizar o Estado consoante um novo modelo ditatorial. E fê-lo tanto mais facilmente quanto o refluxo do movimento revolucionário havia fragilizado a base de sustentação de socialistas e comunistas, e a repressão conduzida contra os trabalhadores mais ousados comprometera qualquer prestígio de que os governos liberais tivessem podido gozar entre a população humilde. O triunfo do fascismo só é compreensível se recordarmos que nessa ocasião as formas sociais inovadoras criadas pelo movimento operário haviam já sido derrotadas e tinham degenerado. Esta foi uma regra sem excepções e encontra uma perfeita ilustração nos dois fascismos mais conhecidos.

³⁵ L. Trotsky, «Bonapartism, Fascism and War (His Last Article)», *Fourth International*, Outubro de 1940, reproduzido em G. Breitman et al. (orgs. 1969) 120-123 e em *The Rise of German Fascism...*, 609-623. A passagem citada vem nas págs. 121-122 e 614-615, respectivamente, e encontra-se também antologada em G. L. Weissman (org. 1970) 29.

3. Itália: «Hoje a vossa vez já passou!»

Em Itália os fascistas lançaram as suas milícias contra um proletariado que estava já desorganizado pela dissolução das relações de solidariedade criadas na luta e contra uma vanguarda revolucionária que o recuo da base tornara independente e, por isso, condenara à burocratização³⁶. Logo em 1923 Clara Zetkin percebera que «antes de o fascismo ter derrotado o proletariado através da violência, já tinha obtido uma vitória ideológica e política sobre o movimento da classe trabalhadora»³⁷ e Palme Dutt, o principal ideólogo do Partido Comunista britânico, escreveu que «o fascismo não foi a arma defensiva da burguesia contra o proletariado em marcha, mas, pelo contrário, o meio usado pela burguesia para se vingar do proletariado que batia em retirada»³⁸. À mesma conclusão chegou Paul Marion, antigo comunista que se tornara fascista, considerando que «após o fracasso das ocupações de fábricas» o fascismo «compreende a mudança da psicologia operária (desânimo), burguesa e camponesa (desejo de vingança) e lança os seus *fasci* na luta física contra os vermelhos»³⁹. Outro trânsfuga, o romancista português Manuel Ribeiro, que antes de se converter ao corporativismo cristão fora um activo sindicalista e tivera um papel preponderante na génese do Partido Comunista do seu país, diagnosticou em 1929: «Nos fins de 1920 a situação era esta: dum lado o Socialismo que frustrara a Revolução e não se decidia por coisa nenhuma; do outro o país em terror a tremer dum furacão que ulula ainda, mas que vai já longe. Mussolini aproveita o pânico, corre a matar um morto e é acolhido como salvador. Eis o singelo esquema do triunfo mussoliniano»⁴⁰. É impossível ser mais exacto.

O levantamento da classe trabalhadora dos campos e das cidades, que começara a esboçar-se em meados de Junho de 1919 e no mês seguinte incendiara toda a Itália, revelou que as direcções sindicais e as chefias do Partido Socialista não estavam, no melhor dos casos, preparadas para o confronto directo com o capital ou, na pior alternativa, eram francamente avessas a qualquer agudização da luta de classes⁴¹. Um historiador descreveu a situação observando que «faltavam horizontes e perspectivas, forças e instrumentos, para dar uma saída política a uma luta de princípios»⁴². Na verdade, a insurreição do proletariado agrícola e dos operários da indústria,

³⁶ R. De Felice (1978) 207 n. 8 comentou «o facto de apenas poucos observadores políticos [...] terem posto o problema de saber porque é que a reacção fascista só se desencadeou depois de o movimento socialista ter entrado na sua fase decrescente [...]». Ver igualmente: A. J. Gregor (1979) 178, 180, 185, 189; M. D. Irish (1946) 101-102; A. Lyttelton (1982) 61; C. T. Schmidt (1939) 33; G. Seldes (1935) 276-277.

³⁷ Citada em A. J. Gregor (1979) 185.

³⁸ R. P. Dutt (1936) 161-162.

³⁹ P. Marion (1939) 330.

⁴⁰ M. Ribeiro [1930] 118-119. Ver igualmente a pág. 122.

⁴¹ G. Bortolotto (1938) 346-350, 356-357; E. Santarelli (1981) I 127-131, 190-191, 196, 198, 199, 204-205.

⁴² E. Santarelli (1981) I 199.

que se reproduziu em novos surtos durante a segunda metade daquele ano e ao longo do ano seguinte, ultrapassou os quadros partidários e sindicais e gerou as suas próprias formas de organização, comités locais e assembleias de empresa, onde se manifestavam princípios de igualitarismo e democracia de base opostos ao modelo hierarquizado e autoritário que inspira os sindicatos e as instituições políticas centralizadas. Não espanta a perplexidade dos dirigentes tradicionais da classe trabalhadora, relutantes, por um lado, em perder o prestígio junto da base, mas que, por outro lado, não podiam consentir a destruição do sistema burocrático, de onde lhes vinha toda a autoridade de que gozavam.

Tal como ensinou o lucidíssimo Jean-Paul Marat, e ao contrário do que muitas vezes se pensa, a burocratização é gerada sempre pela base de um movimento, nunca pelo topo. Por mais que os dirigentes queiram assumir uma postura independente e consagrar os seus privilégios momentâneos como um direito próprio, jamais o poderão fazer se a luta mantiver um dinamismo colectivo e os trabalhadores comuns se conservarem activos e vigilantes. Mas se os obstáculos que forem surgindo, as desilusões e o desânimo contribuírem para dissolver os elos colectivos da base e para transformar a actividade em passividade, então manifesta-se e desenvolve-se a burocratização, que constitui uma forma de independência dos dirigentes. Este modelo de análise esclarece o que se passou em Itália.

A agitação contra a carestia em Junho e Julho de 1919 não se limitou ao saque de milhares de estabelecimentos comerciais, e os insurrectos determinaram que as Câmaras do Trabalho passassem a proceder à distribuição dos bens de consumo, consoante preços tabelados⁴³. Em Agosto, durante as greves que alastraram nas regiões industrializadas do norte da península, os metalúrgicos de Turim pretenderam converter em *sovietes*, em conselhos operários, as suas comissões internas de empresa⁴⁴, num movimento que assumiu dimensões mais consideráveis nos primeiros meses de 1920, sobretudo em Março e Abril, abrangendo todo o Piemonte. Como observou um historiador, «trabalhadores sindicalizados procuraram mostrar-se capazes de dirigir eles próprios a produção e aptos para administrar a fábrica de maneira mais eficiente do que os proprietários, conseguindo ao mesmo tempo uma distribuição mais equitativa dos lucros»⁴⁵. O que estava então em jogo era a disciplina dentro das empresas, que no capitalismo constitui o fundamento não só da economia mas de toda a ordem social. Ao reivindicar o direito de auto-organização o operariado lançava aos patrões um repto a que eles ficavam obrigados a

⁴³ Id., *ibid.*, I 129.

⁴⁴ Ch. S. Maier (1988) 188; E. Santarelli (1981) I 133.

⁴⁵ Z. Sternhell et al. (1994) 141.

responder⁴⁶. Gino Olivetti, secretário-geral da Confindustria, a organização central do patronato industrial, não podia ser mais claro ao declarar que «durante as horas de trabalho há que trabalhar e não falar, e a autoridade nas fábricas deve continuar a ser indivisível»⁴⁷. Para os capitalistas a ameaça era tanto mais grave quanto simultaneamente os trabalhadores rurais haviam começado a pôr em causa o estatuto dos grandes proprietários da terra. De 1919 para 1920 o número de grevistas nos campos mais do que duplicou, ultrapassando um milhão. Ao mesmo tempo que se estendia, o movimento radicalizava-se, quadruplicando a quantidade de jornadas perdidas por greve, e enquanto em algumas províncias meridionais os camponeses ocuparam sistematicamente os latifúndios, também em certas regiões do vale do Pó manifestaram uma clara tendência expropriadora⁴⁸.

Estas formas de auto-organização, cujo enorme significado social está na razão inversa da sua escassa duração, dissolveram-se sem terem encontrado entre os principais dirigentes socialistas e sindicalistas nem entusiastas nem continuadores. A política agrária defendida pelo Partido Socialista mostrou-se inadequada às novas circunstâncias⁴⁹. E nos meios industriais foi especialmente notório o caso de Turim, onde o operariado do ramo automóvel enfrentou directamente os capitalistas a propósito da questão crucial do poder no interior das empresas e da disciplina no trabalho, sem receber o apoio da direcção do Partido Socialista e sem que as organizações sindicais se tivessem esforçado por mobilizar o auxílio das outras categorias profissionais nas restantes regiões fabris ou por articular a agitação industrial com as lutas agrárias, então activíssimas⁵⁰. Em Agosto e Setembro de 1920, ao começar a ocupação sistemática de fábricas, as ambições do operariado revelaram-se já menos profundas e o movimento não atingiu a dimensão a que havia chegado em Março e Abril, quando colocara o problema do poder no interior das empresas⁵¹. É certo que durante as greves de Agosto e Setembro centenas de milhares de trabalhadores mantiveram em funcionamento as fábricas ocupadas, puseram os produtos à venda no mercado e recorreram às cooperativas para se abastecer. Mas apesar disto não se encontrava entre os grevistas uma autonomia de decisão e de relacionamento interno, pois desta vez as cúpulas sindicais não haviam perdido a iniciativa e, após aquele ensaio de controle directo das empresas, esperavam obter uma participação na gestão económica corrente⁵². Era «o reconhecimento

⁴⁶ A. Lyttelton (1982) 336-337; Ch. S. Maier (1988) 224-225; E. Santarelli (1981) I 165, 171, 187-188.

⁴⁷ Citado em Ch. S. Maier (1988) 225.

⁴⁸ A. J. Gregor (1979) 176; Ch. S. Maier (1988) 222; P. Milza (1999) 225; E. Santarelli (1981) I 174, 196, 199.

⁴⁹ E. Santarelli (1981) I 196.

⁵⁰ Ch. S. Maier (1988) 189, 225; E. Santarelli (1981) I 188, 198.

⁵¹ E. Santarelli (1981) I 188-189, 200-201.

⁵² É assim que interpreto a descrição a que procedeu id., *ibid.*, I 202-204.

por parte dos empresários do princípio do controle sindical dos estabelecimentos» que a CGL reivindicava, ou seja, em vez de fomentarem conselhos operários capazes de subverter a disciplina interna das fábricas, os dirigentes sindicais pediam a instalação de comissões paritárias onde eles mesmos pudessem sentar-se ao lado dos patrões. «A classe operária», resumiu um arguto comentador deste processo de dissolução do movimento contestatário, «havia renunciado ao seu poder potencialmente revolucionário de controle sobre a indústria a troco apenas de vagas promessas de participação dos trabalhadores na gestão das empresas»⁵³. Em Setembro de 1920 o movimento começou a declinar. Os quase dezanove milhões de dias de trabalho que a indústria perdera em 1919 por motivo de greve e os dezasseis milhões e quatrocentos mil perdidos em 1920 reduziram-se em 1921 a menos de oito milhões e em 1922 mal ultrapassaram os seis milhões e meio⁵⁴. A indiferença ou a hostilidade que os dirigentes socialistas e sindicais haviam manifestado desde início perante as aspirações mais inovadoras da vanguarda anónima levaram-os a adoptar moldes inteiramente convencionais na condução do surto revolucionário, embotando-lhe o radicalismo e destruindo-lhe a dinâmica motriz. Quer-se maior paradoxo do que o ocorrido nos primeiros dias de Dezembro de 1919, quando uma onda de protestos contra a agressão de que haviam sido vítimas alguns dirigentes e deputados socialistas originou em certos lugares, como em Mântua, formas de auto-organização insurreccional, e apesar disto o Partido Socialista revelou-se sem capacidade, ou sem desejo, para se pôr à frente da agitação ou sequer se aproveitar dela⁵⁵? E, no entanto, poder-se-ia julgar que este partido se sentisse fortalecido pelo êxito colossal que obtivera nas eleições parlamentares do mês anterior, cerca de um terço dos votos e quase um terço dos lugares no parlamento⁵⁶.

Mussolini usou com habilidade essas hesitações e denunciou-as publicamente⁵⁷, ele que havia sido um dos mais destacados e radicais dirigentes do PSI e tão bem conhecera por dentro os mecanismos daquela contradição. Apercebeu-se desde a primeira hora da inversão de tendências e já em Julho de 1921 declarara no seu jornal que «sustentar que o perigo bolchevista ainda existe em Itália é confundir o medo com a realidade»⁵⁸. Exactamente dois anos depois, com lúcido sarcasmo invectivou no parlamento os seus antigos correligionários: «O que é que vos aconteceu?

⁵³ Ch. S. Maier (1988) 237-238, 241, 245. As passagens citadas encontram-se nas págs. 237 e 241.

⁵⁴ P. Melograni (1980) 52. Porém, A. J. Gregor (1979) 176 indicou cerca de doze milhões de dias de trabalho perdidos por greve em 1919 e quase trinta milhões em 1920.

⁵⁵ E. Santarelli (1981) I 153-154.

⁵⁶ A. J. Gregor (1979) 173.

⁵⁷ E. Santarelli (1981) I 129, 203.

⁵⁸ Esta passagem de um artigo de Mussolini em *Il Popolo d'Italia*, 2 de Julho de 1921, encontra-se citada em W. Laqueur (1996) 16. «Em Outubro de 1920», observou A. J. Gregor (1979) 180, «Mussolini admitiu que o movimento revolucionário da classe trabalhadora havia começado a decompor-se».

Tivestes resultados táticos brilhantes, mas não tivestes depois a coragem de vos lançar na acção para alcançar o objectivo final! Conquistastes um grande número de municípios, de províncias, de instituições periféricas, mas não compreendestes que tudo isto era completamente inútil se, numa dada altura, não vos apoderásseis do cérebro e do coração da nação, se não tivésseis a coragem de empreender uma estratégia política. Hoje a vossa vez já passou, e não tendeis ilusões — há momentos que a história não repete»⁵⁹. Sem as insuficiências que travaram internamente o movimento revolucionário de 1919 e 1920 e desnortearam os seus participantes, seriam incompreensíveis as acrobacias oratórias e os malabarismos táticos de Mussolini e dos outros chefes fascistas, atacando os grevistas como perigosíssimos extremistas, expondo a demagogia dos dirigentes sindicais e socialistas, prevenindo contra as alegadas debilidades do governo liberal e, ao mesmo tempo, encontrando alguma justiça nas queixas dos trabalhadores. Os primeiros ensaios de violência contra-revolucionária dos *squadristi* foram inseparáveis da denúncia do reformismo socialista. Aqueles meses em que os trabalhadores ultrapassaram a direcção do PSI e dos sindicatos sem conseguirem, por outro lado, organizar de maneira estável a sua iniciativa própria serviram, afinal, para reforçar a penetração social do fascismo e o seu radicalismo de actuação. Foi este o terreno da vitória de Mussolini.

A agitação nos campos em 1919 e 1920 levava em muitos lugares à ocupação dos latifúndios, enquanto noutros se colocava na ordem do dia a expropriação dos donos da terra. Mas, uma vez travado o desenvolvimento da luta, degeneraram as formas organizativas inovadoras e pouco tempo depois tudo o que delas restava era o fortalecimento da burocracia sindical. A solidariedade que a mão-de-obra agrícola manifestara, quando se havia coligado para impor as suas condições no mercado de trabalho, assegurou afinal o monopólio às agências de emprego sindicais e desta maneira «conduziu depois ao controle completo e absoluto dos chefes sindicais sobre a massa trabalhadora», observou um historiador. «Não foi por acaso que a conquista sindical-fascista de Ferrara e Bolonha se inseriu no desenvolvimento negativo das lutas agrárias de 1920 e na retomada por Mussolini, em Março de 1921, da palavra de ordem “terra para os camponeses”»⁶⁰.

Do mesmo modo, aproveitando a incompreensão, o alheamento ou a franca aversão que os dirigentes socialistas mostravam perante as experiências de controle da produção pelos trabalhadores, os fascistas começaram a exigir a presença de representantes dos operários na administração das empresas⁶¹. Aliás, os fascistas haviam intuído muito cedo a maneira como poderiam

⁵⁹ Citado em G. Bortolotto (1938) 413.

⁶⁰ E. Santarelli (1981) I 279-280. A respeito da utilização desta palavra de ordem ver igualmente D. Guérin (1969) II 51 e 100-101.

⁶¹ Z. Sternhell et al. (1994) 141-142.

beneficiar das ocupações de fábrica. Em Março de 1919, antes de se ter iniciado o movimento de ocupações, os operários de uma empresa metalúrgica situada em Dalmine, perto de Bérgamo, entraram em greve e, desafiando o *lock-out* patronal, fecharam-se dentro do estabelecimento e continuaram a produzir, com o argumento de que estavam a servir a economia do país. A bandeira nacional que hastearam na fábrica ilustrava-lhes os propósitos patrióticos. Enquanto as ocupações fabris que haveriam de se iniciar cinco meses mais tarde pretendiam subverter o fundamento da ordem capitalista, alterando as relações sociais de trabalho, a greve em Dalmine propôs-se reforçar a ordem reinante, ou não fosse ela organizada pela UIL, uma central sindical fundada no ano anterior por pessoas que participaram na génese do fascismo. Aqui a hostilidade ao patrão não se projectava numa luta contra a globalidade dos capitalistas, mas, pelo contrário, servia de pretexto para promover a conciliação de classes a nível nacional⁶², e Mussolini precipitou-se para entusiasmar com a sua oratória estes operários tão sensíveis às conveniências do Estado e do capital. «Não vos lançastes numa greve segundo o velho estilo, uma greve negativa e destruidora. Pensando nos interesses do povo, inaugurastes a greve criadora, que não interrompe a produção. Era-vos impossível negar a nação depois de terdes combatido por ela», proclamou Mussolini em 20 de Março de 1919 aos operários de Dalmine. «Vós sois os produtores, e é a este título, reivindicado por vós, que reivindicais o direito de tratar com os industriais num plano de igualdade»⁶³. Estavam enunciados os princípios que em breve serviriam de pretexto, se não de argumento, ao corporativismo nacionalista. Três dias depois, num dos seus discursos na reunião fundadora dos Fasci Italiani di Combattimento, Mussolini defendeu que se apoiasse a reivindicação do controle operário sobre as indústrias; mas como não podia esquecer que necessitava de atrair os trabalhadores sem indispor os patrões, não hesitou em desvendar as razões da sua demagogia: «[...] queremos habituar os operários às responsabilidades administrativas para os convencer de que não é fácil dirigir um estabelecimento industrial ou comercial»⁶⁴.

⁶² G. Bortolotto (1938) 388-389; P. Milza (1999) 236; G. Volpe (1941) 30. Não me parece que Z. Sternhell et al. (1994) 141 tivessem razão ao atribuir à greve de Dalmine preocupações que só caracterizariam o movimento de ocupação de fábricas iniciado em Agosto daquele ano. Acerca da fundação da UIL ver Pierre Milza, op. cit., 169-170. Este autor indicou (pág. 211) que por ocasião do armistício a UIL contava duzentos mil aderentes, mas A. J. Gregor (1979) 175 atribuiu-lhe metade disso em 1919.

⁶³ Citado em P. Milza (1999) 236. Ver igualmente A. J. Gregor (1979) 179, C. T. Schmidt (1939) 38 e G. Volpe (1941) 30-31.

⁶⁴ Antologado em Ch. F. Delzell (org. 1971) 9 e citado em B. Mussolini (1935) 19. Ver igualmente Charles Delzell, op. cit., 97. Em Julho de 1923 Mussolini escreveu, com veia similar: «Terei proximamente o prazer de incluir no meu governo os representantes directos das massas operárias organizadas. Quero tê-los comigo [...] para que se convençam de que a administração do Estado é algo extraordinariamente difícil e complexo [...]». Ver G. S. Spinetti (org. 1938) 185. É interessante verificar que o primeiro-ministro Giolitti, num discurso perante o parlamento em Fevereiro de 1921, quando pretendeu justificar a aparente inacção do seu governo durante as ocupações de fábricas no ano anterior, usou o argumento a que Mussolini havia recorrido, dizendo que «a ocupação das fábricas mostrou à classe operária que, nas actuais circunstâncias, não podia dirigir uma fábrica. E assim o proletariado perdeu as

Assim, quando os fascistas viram chegado o momento de recuperar em seu proveito o surto revolucionário das ocupações, dispunham já do modelo que lhes havia sido fornecido em Dalmine. No programa que o movimento de Mussolini difundiu no Verão de 1919 considerava-se necessária a «participação dos representantes dos trabalhadores na gestão técnica da indústria» e a «transferência da responsabilidade pela gestão das indústrias e dos serviços públicos para aquelas organizações proletárias que forem moral e tecnicamente qualificadas»⁶⁵. Com estes critérios, as organizações de esquerda ficariam decerto excluídas e, por outro lado, restringindo aos problemas técnicos a possibilidade de interferência dos representantes do operariado, os fascistas estavam a reservar aos patrões o exclusivo da orientação superior da economia. Mas estas ressalvas devem ter parecido insuficientes, porque o programa aceite pelo 2º Congresso dos Fasci, em Maio de 1920, apesar de repetir nas mesmas palavras a última reivindicação mencionada, passou a formular a primeira de um modo que lhe atenuava mais ainda as implicações, invocando agora a «representação dos trabalhadores no funcionamento de todas as indústrias, limitada ao que diz respeito aos empregados»⁶⁶. E foi nestes termos que a questão voltou a ser referida no último mês de 1921, numa das secções do programa do recém-constituído Partido Nacional Fascista⁶⁷.

Na indústria, portanto, a sequência cronológica não foi menos esclarecedora do que no meio rural. Primeiro, encontramos uma acção profundamente subversiva, destruidora das hierarquias patronais e capaz de pôr em causa as relações sociais de produção. Depois assistimos à burocratização deste processo e à conversão gradual do ataque às hierarquias dentro das fábricas num ensaio de ascensão de novas elites no interior das velhas hierarquias; já não se tratava de mudar as relações de produção, mas de permitir que os dirigentes sindicais se sentassem em algumas reuniões da direcção das empresas. Finalmente, numa terceira fase, os fascistas apresentaram-se como o movimento político capaz de consagrar legalmente a substituição das elites, com a condição, evidentemente, de a nova elite ser constituída por eles e não pela burocracia sindical marxista. Posta a questão nestes termos, pouco interessava aos trabalhadores que fossem uns ou outros, invocando a qualidade mítica de seus representantes, a ingressarem nas administrações das fábricas. E os fascistas puderam prosseguir o ciclo de recuperação das instituições nascidas nas lutas, através da inversão dos objectivos destas lutas. Com a violência das milícias, começaram então a conquistar as massas trabalhadoras aos seus dirigentes tradicionais.

ilusões». Ver J. Alazard (1922) 74.

⁶⁵ Antologado em Ch. F. Delzell (org. 1971) 13. Ver G. Bortolotto (1938) 342 e F. L. Carsten (1967) 50.

⁶⁶ Antologado em Ch. F. Delzell (org. 1971) 16.

⁶⁷ Id., *ibid.*, 29; G. S. Spinetti (org. 1938) 160.

Os *squadristi* nunca passaram de pequeníssimos grupos e depararam com a hostilidade da enorme maioria do proletariado. O tipo de terror a que recorreram foi expressão daquele isolamento, lançando-se em brigadas coesas e disciplinadas, compostas por poucos homens e empregando um grau de violência muitíssimo superior à capacidade de resposta do adversário⁶⁸. Mas estes métodos nunca surtiriam efeito se do outro lado não se houvesse rompido já a teia de relações que pode tornar imbatíveis os trabalhadores, a solidariedade e o igualitarismo forjados nas grandes lutas directas. Abandonado este quadro social, só resta ao proletariado a inserção no outro quadro, cuja estrutura é determinada pelo capitalismo e que tem como regra primordial o estímulo das rivalidades entre trabalhadores e a sujeição de cada um à disciplina da empresa. Numa dicotomia simplificada, ou prevalecem as relações de luta, dando consistência aos vínculos que ligam os trabalhadores, ou prevalece a hierarquização capitalista da sociedade, e debilitam-se neste caso as relações dos trabalhadores enquanto classe. Pequenas minorias coesas e bem organizadas podem apavorar um inimigo incomparavelmente mais numeroso se ele estiver socialmente disperso. Só então o terror sistemático se torna uma arma decisiva nos conflitos. Os episódios desses anos críticos da história italiana parecem-me demasiado conhecidos na sua forma e pouco investigados nos seus fundamentos, apesar de Mussolini não ter mentido a este respeito. «Em 1919», recordou ele alguns anos mais tarde, «não pode falar-se da existência de sindicalismo fascista, nem sequer embrionariamente. [...] A situação sindical não melhorou em 1920 [...] Foi só em 1921 que o fascismo irrompeu [...] pelo vale do Pó e submergiu uma a uma todas as fortalezas materiais e morais das organizações socialistas [...] Reconheço que o rápido declínio da força dos vermelhos se deveu em primeiro lugar à acção bélica do fascismo [...] e também a dois factos, quase contemporâneos, e que tiveram uma vasta repercussão política e moral: o fracasso das ocupações de fábrica em Itália nos finais de 1920 e a fome na Rússia»⁶⁹. O assalto lançado pelos *squadristi* contra os organismos partidários, sindicais e cooperativos da classe trabalhadora e o isolamento a que se remeteu a vanguarda proletária foram dois aspectos de um mesmo processo. No primeiro semestre de 1921 as *squadre* devastaram 119 Câmaras do Trabalho, 107 cooperativas, 83 sedes de sindicatos camponeses, 59 centros culturais socialistas, além de tipografias socialistas, bibliotecas, associações mutualistas, num total de 726 destruições⁷⁰.

Não me parece possível compreender verdadeiramente os acontecimentos sem analisar os mecanismos básicos do terror. Porém, não creio que os modelos sociológicos disponíveis

⁶⁸ D. Guérin (1969) II 104-105.

⁶⁹ B. Mussolini, «Fascismo e Sindacalismo», *Gerarchia*, Maio de 1925, antologado em G. S. Spinetti (org. 1938) 158-159.

⁷⁰ D. Sassoon (2012) 98.

permitam um estudo deste tipo. Seria necessária a imaginação fértil mas rigorosa de um Elias Canetti para conceber do princípio ao fim uma sociologia do medo, aquela mesma que as milícias fascistas puseram em prática com uma mestria sem par. Talvez o jovem jurista alemão Sebastian Haffner, burguês liberal hostil aos nacionais-socialistas, tivesse exposto um dos mecanismos centrais do pavor generalizado ao recordar os dias em que, obrigado a participar junto com os colegas numa das muitas organizações cívicas do Terceiro Reich, desfilava uniformizado e de suástica hasteada e via esconder-se discretamente num portal quem não queria esticar o braço e saudar a bandeira, exactamente o que ele fazia quando, vestido com roupa normal, deparava na rua com cortejos idênticos⁷¹. Inspirar aos outros o mesmo medo que os outros nos inspiram parece-me ser um dos princípios constitutivos de uma sociedade baseada no terror.

Do congresso socialista de Livorno, em Janeiro de 1921, poderia ter saído uma política audaciosa se a ala reformista tivesse sido expulsa e fosse alcançada a unidade entre os maximalistas de Serrati e os partidários do bolchevismo. No congresso realizado dois anos antes os reformistas haviam obtido menos de quinze mil votos, contra os quarenta e oito mil conseguidos pelos maximalistas e os cerca de quatro mil dispensados à tendência de extrema-esquerda encabeçada por Bordiga⁷². Mas em Livorno a ala extremista, em vez de estimular os maximalistas a radicalizarem-se e romperem com o sector reformista, fez o contrário e condenou-se ao isolamento. Quase cem mil maximalistas foram abandonados ao marasmo de uma aliança com catorze mil reformistas, e os cinquenta e oito mil comunistas fundaram sozinhos o seu novo partido, em situação de debilidade, afastados de grande parte da base combativa, cujo estado de espírito continuou a ser reflectido pela ala maximalista do PSI⁷³. Se a cisão ocorreu demasiado à esquerda, como Gramsci reconheceria dois anos mais tarde⁷⁴, isto não se deveu a quaisquer erros tácticos ou a manobras canhestras nos bastidores do congresso, nem sequer às pressões exercidas pelo Komintern ou pela direcção do Partido Comunista Russo. O isolamento político da vanguarda exprimia a sua situação numa época em que era já pronunciado o refluxo das lutas, o que levou os elementos proletários mais aguerridos a adoptarem o modelo leninista de hetero-organização, contrário à auto-organização que havia incutido ao movimento de 1919 e 1920 o seu dinamismo e os seus aspectos inovadores. Nos processos revolucionários o autoritarismo e o centralismo são sempre um sintoma de recuo, justificados pelo facto de a base se ter tornado incapaz de assumir autonomia.

⁷¹ S. Haffner (2003) 380-381.

⁷² P. Milza (1999) 228; E. Santarelli (1981) I 153.

⁷³ P. Broué (2006) 477; R. P. Dutt (1936) 156; E. Santarelli (1981) I 215.

⁷⁴ E. Santarelli (1981) I 215 n. 1.

Esta situação comprometeu mais ainda quaisquer possibilidades de unificação combativa da classe trabalhadora. Uma vanguarda comunista autoritária e condenada ao isolamento não podia opor-se eficazmente à violência com que as milícias do fascismo se abatiam sobre todas as instituições proletárias. Por seu lado, os dirigentes reformistas, tanto políticos como sindicais, conhecendo só o terreno da legalidade, apelavam para a intervenção do governo e das autoridades, quando esse mesmo governo e estas mesmas autoridades eram os primeiros a fechar os olhos às truculências e aos assassinatos dos *squadristi* ou até os patrocinavam. Com a sua usual habilidade táctica, foi Mussolini quem teve razão contra os chefes das milícias ao assinar em Agosto de 1921 o Pacto de Pacificação com os dirigentes socialistas e sindicais. As hostilidades ficaram suspensas durante algum tempo, estando prevista a formação de comissões arbitrais, que nunca vieram a existir, mas cuja mera estipulação mostra até onde se dispunham a chegar os dirigentes do PSI e dos sindicatos para sossegarem os fascistas. Por um lado, Mussolini estendeu assim novas pontes em direcção à esquerda e renovou o aparente equilíbrio entre os extremos, que constituía a única razão de ser do fascismo e sem o qual ele não podia prosseguir a elaboração de ficções políticas. Por outro lado, Mussolini evitou que se concluísse uma unidade antifascista e que o seu movimento ficasse isolado⁷⁵. O Pacto de Pacificação, observou um historiador, «contribuía para enfraquecer e desorientar amplos estratos populares»⁷⁶, atenuando as linhas de divisão quando convinha salientá-las e dissimulando um inimigo que haveria todo o interesse em manter bem visível. E assim os fascistas puderam agudizar as contradições manifestadas pelo movimento revolucionário de 1919 e 1920, desnorteando definitivamente a classe trabalhadora e agravando-lhe a inércia. Só os Arditi del Popolo, uma organização de resistência criada espontaneamente entre militantes de base vindos de horizontes diversos, continuavam com coragem a opor a violência revolucionária à violência dos *squadristi*. Mas eles eram em número reduzido e enfraquecia-os o facto de serem rejeitados tanto pela confederação sindical como pelo PSI e mesmo pelo Partido Comunista, apesar de o Pacto de Pacificação não ter sido assinado pelos comunistas⁷⁷. O Pacto agravou o isolamento e o desespero dos trabalhadores mais combativos, e quando Mussolini lhe pôs termo, em Novembro de 1921, o mal estava feito. As *squadre* retomaram a ofensiva com uma eficácia acrescida, e ao longo de 1922 observa-se não só um

⁷⁵ Acerca do Pacto de Pacificação e dos seus efeitos ver: G. Bortolotto (1938) 377, 378, 400; Ch. S. Maier (1988) 423; P. Milza (1999) 284-285, 287-289; E. Santarelli (1981) I 253-258, 260, 270.

⁷⁶ E. Santarelli (1981) I 260.

⁷⁷ G. Bortolotto (1938) 375-378, 400; D. Guérin (1969) II 110-111; Ch. S. Maier (1988) 421-422; P. Milza (1999) 283; E. Santarelli (1981) I 258. Todavia, num curso que deu em Moscovo em 1935, P. Togliatti (1971) 20-21 elogiou a actuação dos Arditi del Popolo e atribuiu-lhes o mérito de terem feito frustrar o Pacto de Pacificação. Numa perspectiva oposta, Pierre Milza, op. cit., 289 considerou que aquele acordo ficara sem efeito devido às violências cometidas pelas *squadre* fascistas.

aumento da violência, mas ainda o carácter cada vez mais organizado das expedições punitivas. As milícias fascistas haviam adquirido o controle da situação.

Mortos, estropiados ou intimidados os dirigentes camponeses e operários, assaltados e ocupados alguns milhares de sedes das organizações da classe trabalhadora, destruídos os órgãos de informação dos partidos proletários e dos sindicatos⁷⁸, os chefes fascistas tinham enfim o terreno livre para arrebanhar à sua maneira as massas populares. Tratou-se de uma luta entre elites burocráticas pelo controle de um aparelho económico, organizativo, assistencial e cultural bastante considerável, e os organismos económicos do PSI foram desde início um dos alvos preferidos das milícias⁷⁹. Sem ânimo para oporem qualquer resistência drástica à violência dos *squadristi* e apegados aos seus pequenos privilégios, não foram poucos os membros das camadas inferiores da burocracia sindical e cooperativa que acabaram por se colocar à disposição dos ocupantes fascistas. Por fim, um proletariado descontente, mas tornado em grande medida apático, permitiu a operação de troca das burocracias, e se obedecia de má vontade aos novos chefes, também é certo que havia passado a olhar os anteriores com pouco afecto.

Esta análise é comprovada pela forma como se desenrolou a greve geral de protesto contra o fascismo realizada nos três primeiros dias de Agosto de 1922 por iniciativa da Aliança do Trabalho. Aparentemente, nunca na história italiana houvera uma tão vasta concentração de forças proletárias como a que ocorreu na fundação daquela Aliança, em Fevereiro de 1922, em que convergiram, além da CGL, da USI e de vários sindicatos autónomos, a própria UIL, bem como os socialistas, os anarquistas e os republicanos⁸⁰. E a greve geral recebeu o apoio do Partido Comunista e dos socialistas, tanto maximalistas como reformistas⁸¹. Se um movimento com tais dimensões não conseguiu impedir o triunfo de Mussolini, isto confirma que a mola real do dinamismo revolucionário estava quebrada. Já não se tratava, como havia sucedido em 1919 e 1920, de opor ao Estado capitalista e às relações capitalistas de trabalho outro modelo social, decorrente da solidariedade na luta. Pelo contrário, o objectivo explícito dessa greve consistiu na defesa daquelas mesmas instituições do Estado liberal que haviam desde sempre concitado a repressão contra os trabalhadores e à sombra das quais o fascismo ascendia⁸². O quadro não podia ser mais favorável ao contra-ataque dos *squadristi*, que através de uma violência generalizada e bem dirigida, e contando com a benevolência das autoridades, desbarataram rapidamente o movimento

⁷⁸ E. Santarelli (1981) I 229 n. 1.

⁷⁹ Id., *ibid.*, I 229 n. 1, 285 n. 1.

⁸⁰ P. Milza (1999) 296; E. Santarelli (1981) I 300-301.

⁸¹ P. Milza (1999) 296.

⁸² D. Guérin (1969) II 120; S. G. Payne (2003 b) 107; E. Santarelli (1981) I 302.

grevista⁸³. A partir de então os acontecimentos precipitaram-se em ambos os campos. De um lado, ficava aberto o caminho que permitiria aos chefes fascistas encenarem em Outubro a Marcha sobre Roma. A direita liberal continuava a pretender a participação de Mussolini no governo e as milícias dominavam as cidades e as aldeias. O governo formado por Mussolini viria, no final de contas, oficializar uma situação de facto⁸⁴. Do outro lado, no congresso de Outubro do PSI ocorreu uma nova cisão, separando-se os reformistas dos antigos maximalistas⁸⁵, e em consequência disto rompeu-se a ligação orgânica que até então se havia mantido entre os socialistas e a grande confederação sindical, enquanto ao mesmo tempo se desagregava a Aliança do Trabalho⁸⁶. Estavam paralisados os inimigos do fascismo.

4. Alemanha: «Agora os patrões vão ser de novo os donos da casa»

Levantamento de marinheiros e soldados contra a guerra e as autoridades militares, revolta de trabalhadores contra a exploração e as ordens dadas pelos dirigentes dos sindicatos, agitação dos militantes políticos de base contra a estratégia definida pelos chefes dos dois grandes partidos socialistas, a revolução alemã iniciada em Novembro de 1918 impôs como tema central a auto-organização. Os conselhos criados pelos marinheiros, pelos soldados e pelos trabalhadores não foram apenas uma instituição política e tiveram como vocação remodelar todos os níveis da vida social, nas empresas e nas forças armadas, nos lugares de habitação, na produção artística. Para uma visão superficial, os primeiros anos da república de Weimar parecem caracterizar-se pela luta entre os princípios clássicos de disciplina, baseados na hetero-organização e na hierarquia, e os novos princípios revolucionários, assentes na auto-organização e no igualitarismo e disseminados através do sistema de conselhos. Todavia, a realidade foi mais subtil. Só em algumas peripécias, cuja violência concentrou as atenções, é que o confronto entre os dois princípios antagónicos ocorreu de modo explícito. O que sobretudo se verificou foi a progressiva desnaturação dos conselhos, graças a modalidades de recuperação que mantinham os nomes das instituições revolucionárias e lhes alteravam o funcionamento, escondendo, como sempre, a degenerescência do conteúdo por detrás de uma ilusória continuidade formal.

⁸³ G. Bortolotto (1938) 421-422; D. Guérin (1969) II 120-121; Ch. S. Maier (1988) 410, 430; P. Milza (1999) 297-298; E. Santarelli (1981) I 303-306; G. Volpe (1941) 91.

⁸⁴ Depois da derrota da greve geral, observou P. Milza (1999) 298, já ninguém duvidava que o caminho do governo estava aberto para Mussolini.

⁸⁵ A. Lyttelton (1982) 130; P. Milza (1999) 296; E. Santarelli (1981) I 308. Os reformistas formaram o Partido Socialista Unitário.

⁸⁶ E. Santarelli (1981) I 308-309.

Antes de mais, essa desnaturação ocorreu no âmbito militar. Perante a desagregação das forças armadas, devida à proliferação dos conselhos de soldados e de marinheiros, haviam sido criados corpos francos, batalhões de mercenários que, sem se integrarem formalmente no exército, obedeciam aos comandos militares e estavam ligados ao estado-maior. Mas ao mesmo tempo que se destinavam a reorganizar um exército batido pelo inimigo exterior e a lançá-lo contra o inimigo interno⁸⁷, os corpos francos assimilaram alguns aspectos dos conselhos e aceitaram que os soldados egessem delegados. «[...] nós próprios tínhamos escolhido os nossos chefes», contou mais tarde Ernst von Salomon, recordando a sua participação num corpo franco na Alta Silésia. «Por vezes a discussão que eu chamava “reunião do conselho de soldados” terminava por verdadeiros motins. Substituíamos uns chefes por outros, que agiam exactamente como os primeiros»⁸⁸. No entanto, ao contrário do que sucedia entre os revolucionários, os comandantes dos corpos francos não admitiam que os delegados exercessem funções de chefia e reduziam-nos a auxiliares para a manutenção da disciplina. Tratava-se, como elucidou um historiador fascista, de «anular a autoridade dos conselhos de soldados, colocando-os perante um organismo que, embora lhes fosse aparentado, resultava na verdade de princípios inteiramente distintos»⁸⁹.

É conhecida a linha de continuidade entre os corpos francos, que derrotaram militarmente os conselhos revolucionários de 1919 e desbarataram as tentativas insurreccionais do proletariado nos anos seguintes, e as milícias nacional-socialistas, as SA e os SS, em que Hitler assentou o seu poder. Mas o sucedido numa cervejaria de Munique mostrou que na Alemanha uma ditadura fascista era prematura em 1923. A linha de continuidade precisou de ser distendida e foram necessários mais dez anos para que se consolidasse a derrota interna da classe trabalhadora. O regime de Weimar não poderia ter cumprido esta função histórica se desde início o sistema de conselhos não fosse minado por contradições no próprio âmbito militar em que se havia gerado. Ora, a mesma ambiguidade verificou-se no âmbito das empresas, onde um historiador observou que «os projectos dos conselhos não tinham obrigatoriamente de ser radicais. Podiam converter-se em simples meios de angariação de novos membros e de aumento da autoridade empresarial»⁹⁰. A resolução deste aparente paradoxo constituiu o objectivo da república de Weimar, e enquanto o prosseguiu ela manteve a sua razão de ser. Só depois de ter recuperado com êxito as instituições nascidas da insurreição que pusera cobro à guerra e de as ter esvaziado de todo o conteúdo primitivo é que o regime de Weimar entrou em crise e, após uma sucessão de governos cada vez

⁸⁷ Benoist-Méchin (1964-1966) I 119.

⁸⁸ E. Salomon (1993) 158.

⁸⁹ Benoist-Méchin (1964-1966) I 174. Ver igualmente no vol. I as págs. 117, 161-162 e 173-174.

⁹⁰ Ch. S. Maier (1988) 177.

mais francamente autoritários, cedeu por fim o lugar ao nacional-socialismo⁹¹.

Em 1919 a revolução alemã deparara com os seus limites, não conseguindo reestruturar o centro do poder e vendo-se obrigada a admitir o acasalamento espúrio entre os conselhos e o parlamento. Equilíbrios deste tipo são sempre instáveis e significam que um dos lados, sem aniquilar de imediato o outro, se prepara para o minar e transformar por dentro. Quais eram os termos do confronto? Manifestamente incapazes de se expandirem até absorver a totalidade social, as instituições da democracia directa não estavam em condições de assimilar os órgãos da democracia representativa nem de os liquidar. Mas ao consagrar a conjugação do sistema dos conselhos com o parlamentarismo, a constituição de Weimar assinalava às forças capitalistas a preparação de uma ofensiva e pressagiava aos revolucionários o começo da fase defensiva.

Numa situação em que a luta pelo poder global ficara para além do horizonte prático dos revolucionários, eles concentraram a atenção nos conselhos de fábrica. Porém, ao proporem a criação de uma hierarquia de conselhos regionais de trabalhadores que arbitrassem os conflitos surgidos entre os conselhos de fábrica e os patrões e empresários⁹², os próprios defensores do sistema de conselhos abriram o caminho para a sua recuperação. Com efeito, os homens de negócios mais esclarecidos e a tecnocracia modernizadora estavam, paralelamente, a elaborar projectos que davam um novo impulso às experiências de organização da produção e do mercado prosseguidas durante a guerra. Na óptica destes inovadores, o controle da economia exercido por comissões de industriais e administradores, num regime em que se conjugavam empresas privadas e empresas estatais, podia facilmente admitir delegados das burocracias oriundas da classe trabalhadora⁹³. E deste modo os dirigentes dos sindicatos, cujo papel no movimento operário fora contestado pelo sistema dos conselhos, eram de novo chamados a exercer as suas funções conciliatórias. Por outro lado, a socialização da economia, a que os conselhos haviam dado o sentido prático de uma remodelação das relações de trabalho, ficava outra vez reduzida a uma reorganização dos sistemas de propriedade, que correspondia aos interesses vitais dos gestores. «Onde os teóricos de esquerda desejavam conselhos de fábrica e conselhos regionais a que coubesse o papel principal na tomada de decisões», registou um historiador que analisou esta evolução com perspicácia, o projecto empresarial e governamental «implicava uma representação paritária, em

⁹¹ Tim Mason considerava que o autoritarismo paternalista da legislação laboral promulgada no Terceiro Reich, incluindo as medidas de bem-estar social destinadas a promover a harmonia entre as classes, esteve na sequência da organização tecnocrática do trabalho adoptada na república de Weimar. Ver «The Origins of the Law on the Organization of National Labour of 20 January 1934. An Investigation into the Relationship between "Archaic" and "Modern" Elements in Recent German History», em J. Caplan (org. 1995) 77-103, sobretudo as págs. 88, 91-92 e 102.

⁹² Ch. S. Maier (1988) 178, 205; H. A. Turner Jr. (1985) 8.

⁹³ Ch. S. Maier (1988) 181-183; K. H. Roth et al. (2011) 112-114, 119, 153-155.

que existiam delegados da administração a todos os níveis. E, assim, a ideia de um poder dos trabalhadores exercido a partir da fábrica — que constituía o núcleo da ideia de conselhos — cedeu o lugar a uma concepção tecnocrática, e neutra no que dizia respeito às classes sociais»⁹⁴. Liquidando a tentativa de afirmar um outro poder de classe, o processo de recuperação insuflou novo fôlego ao mito de uma eficácia alheada das clivagens sociais.

Não espanta, por isso, que de 1922 até 1924 a desilusão dos trabalhadores se tivesse manifestado nas eleições para os conselhos de fábrica, levando, por um lado, ao aumento das abstenções, ao adiamento dos escrutínios e por vezes até ao seu cancelamento e, por outro lado, reforçando o peso relativo das minorias radicais animadas pelo Partido Comunista⁹⁵. Mas este segundo aspecto, que representaria uma inflexão revolucionária numa situação de entusiasmo e de participação massiva dos trabalhadores, num contexto de indiferença e de apatia crescente implicava, pelo contrário, o isolamento das minorias mais activas. Foi assim que os conselhos perderam as características originárias.

No final, as esperanças emancipadoras a que os conselhos haviam, durante algum tempo, conferido uma plausibilidade prática ficaram transformadas no seu exacto oposto, o corporativismo. A democracia representativa, depois de ter sido posta em causa pela democracia directa, acabou por ser superada pelo autoritarismo empresarial. De 1928 até Fevereiro de 1933 a propaganda nacional-socialista ajudou a levar este processo ao seu termo, sabendo que contava com o apoio de muitos trabalhadores quando denunciava a burocracia sindical⁹⁶, não para restabelecer o poder dos conselhos mas para acabar com os próprios sindicatos. Compreendemos assim a lógica de um processo que, começando pelo desejo de emancipar os trabalhadores da disciplina vigente nas empresas, abriu o caminho ao poder discricionário dos patrões. As ambiguidades desta desnaturaçã reflectem-se na Lei Reguladora do Trabalho Nacional, promulgada em Janeiro de 1934, um ano depois de os nacionais-socialistas terem chegado ao governo⁹⁷. Ao definir-se a empresa, segundo a terminologia habitual do fascismo alemão, como uma «comunidade de trabalho» onde patrões e trabalhadores deviam colaborar «não só para a consecução do fim particular prosseguido pelas empresas, mas também para a utilidade pública do Povo e do Estado»⁹⁸, ficava

⁹⁴ Ch. S. Maier (1988) 183.

⁹⁵ Id., *ibid.*, 560.

⁹⁶ J. Caplan (org. 1995) 257; D. Lerner (1951) 36.

⁹⁷ J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 145-148. Ver também A. Norden (1943) 22 e D. Welch (2002) 66-67.

⁹⁸ Citada em W. Fritzsche (1941) 37 e J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 145. Em 1930 o doutrinador oficial Alfred Rosenberg anunciou o que sucederia quando os nacionais-socialistas chegassem ao poder: «Patrões e operários não são individualidades em si, mas partes de um todo orgânico, sem o qual nada significariam. Por isso a liberdade de acção tanto do patrão como do trabalhador é necessariamente limitada de acordo com as exigências raciais». Ver A. Rosenberg (1986) 549 ou *id.* [s. d.] 398.

reafirmada a autoridade patronal. «Da atribuição à empresa do carácter de comunidade de trabalho não resulta prejuízo para o princípio inquestionável da direcção superior», escreveu o autor de uma obra de propaganda⁹⁹. Com efeito, a Lei Reguladora do Trabalho Nacional enunciou em termos políticos as hierarquias profissionais, considerando o patrão como *Führer* da «comunidade de empresa» e os empregados como seus seguidores, *Gefolgschaft*, na acepção medievalizante de uma corte de vassallos em torno do senhor. Ao patrão cabia tomar as decisões, responsabilizando-se pelo bem-estar dos assalariados, que por seu lado lhe deviam fidelidade e obediência¹⁰⁰, numa modernização da dualidade *mundium* e *bannum*. Enquanto *Führer*, o patrão podia decretar uma constituição interna, «a carta orgânica da vida interna da empresa, promulgada pelo seu próprio dirigente», nas palavras do propagandista¹⁰¹, que devia ser previamente aprovada pelos representantes do Estado, os Curadores do Trabalho¹⁰². A recuperação capitalista do sistema de conselhos atingiu aqui o auge, porque o reforço da hierarquia correspondeu a um agravamento da exploração. «Sem ilusões nem esperanças utópicas de vir a realizar novo paraíso económico», explicou aquele propagandista, competia «ao conselho confidencial, formado por representantes do pessoal, sob a presidência do gerente da empresa», «obter de cada um o máximo de rendimento e, quando preciso fôr, o sacrifício imposto pelas circunstâncias»¹⁰³. «Sem ilusões nem esperanças utópicas», com efeito, porque numa força de trabalho de mais de vinte milhões de pessoas, de 1934 até 1936 apenas foram postos em tribunal 516 casos de violação das normas laborais, dos quais só pouco mais de 300 levaram à condenação dos patrões¹⁰⁴.

Ao anunciar que o Terceiro Reich havia quebrado a espinha dorsal do sindicalismo, o Reichsleiter Robert Ley, chefe da Frente Alemã do Trabalho, prometeu que seria concedida a «autoridade absoluta ao dirigente natural da fábrica, quer dizer, ao patrão [...] Só o patrão pode tomar decisões. Durante anos muitos patrões tiveram de pedir licença ao “dono da casa”. Agora

⁹⁹ W. Fritzsche (1941) 38. «O nacional-socialismo alemão conseguiu criar uma forma muito eficaz e ajustada às necessidades do serviço obrigatório de trabalho e produção, que abrange por igual o operário e o patrão», explicou uma *rara avis*, o fascista e colaboracionista checo Emanuel Moravec. «Neste exército da produção, o trabalhador é um soldado regular, o engenheiro e o patrão um oficial, segundo a escala de serviço, que corresponde à sua capacidade e responsabilidade». Ver E. Moravec (1941) 68. Com efeito, a melhor maneira de reforçar a autoridade no interior das empresas consistia em lhes aplicar o modelo da hierarquia militar.

¹⁰⁰ J. Billig (2000) 90; J. Caplan (org. 1995) 80; W. Fritzsche (1941) 38; F. Neumann (1943) 265, 277, 463; J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 145; L. Rougier (1938) 122; D. Schoenbaum (1979) 117; W. L. Shirer (1995) I 287. Porém, Franz Neumann, op. cit., 305 chamou a atenção para o facto de que «o *Führerprinzip* não prevalece nas organizações de cartéis, nos *trusts*, nas associações e nas sociedades por acções. É a maioria quem decide em todas estas organizações».

¹⁰¹ W. Fritzsche (1941) 41.

¹⁰² Id., *ibid.*, 42.

¹⁰³ Id., *ibid.*, 38.

¹⁰⁴ J. Noakes et al. (orgs. 2008-2010) II 149. A. Norden (1943) 23 escreveu que só num caso em cada cem os curadores decidiam a favor dos trabalhadores, mas a estimativa parece-me demasiado optimista.

vão ser eles de novo os “donos da casa”»¹⁰⁵. Ao mesmo tempo, porém, que as clivagens sociais assumiam uma expressão pública tanto mais rigorosa quanto eram formuladas politicamente, ficavam obnubiladas mediante a codificação de um comportamento comum. O tema da destruição das hierarquias, que inspirara o sistema de conselhos, viu-se reduzido às encenações simbólicas de que o fascismo foi mestre e em que marchavam lado a lado, com o mesmo passo e os mesmos uniformes, por umas horas apenas, aqueles que no resto da vida tudo distinguia. Uma vez mais a forma, aqui um simulacro da forma, cobria a inversão do conteúdo.

¹⁰⁵ Citado em W. L. Shirer (1995) I 220. Ver também A. Norden (1943) 23.